



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO OESTE – UNICENTRO

CAMPUS DE IRATI

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM DESENVOLVIMENTO
COMUNITÁRIO-PPGIDC

CAROLINE BECHER

O DESABROCHAR DAS FLORES: O PROTAGONISMO DAS AGRICULTORAS DE
JESUÍNO MARCONDES, PRUDENTÓPOLIS-PR

IRATI

2015

CAROLINE BECHER

O DESABROCHAR DAS FLORES: O PROTAGONISMO DAS AGRICULTORAS DE
JESUÍNO MARCONDES, PRUDENTÓPOLIS-PR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento
Comunitário, como requisito parcial à obtenção do
grau de Mestre em Desenvolvimento Comunitário.

Orientador: Prof. Dr. Jó Klanovicz

IRATI

2015

Catálogo na Fonte
Biblioteca da UNICENTRO

| | |
|-------|--|
| B391d | <p>BECHER, Caroline</p> <p>O desabrochar das flores : o protagonismo das agricultoras de Jesuíno Marcondes, Prudentópolis, PR / Caroline Becher. – Irati, PR : [s.n], 2015. 93f.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Jó Klanovicz Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário. Universidade Estadual do Centro-Oeste, Paraná.</p> <p>1. Agricultura – dissertação. 2. Políticas Públicas. 3. Classe Camponesa – camponeses. 4. Mulher – mulheres. 5. Socioprodução – autonomia. 6. Teorias femininas. 7. Brasil – rural. 8. Desenvolvimento – comunidade – gênero. I. Klanovicz, Jó. II. UNICENTRO. III. Título.</p> <p>CDD 20 ed. 305.444</p> |
|-------|--|

TERMO DE APROVAÇÃO

CAROLINE BECHER

O DESABROCHAR DAS FLORES: O PROTAGONISMO DAS AGRICULTORAS DE
JESUÍNO MARCONDES, PRUDENTÓPOLIS-PR

Dissertação aprovada em ___/___/_____ como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no curso de Pós-Graduação Mestrado Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário, área de concentração Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, pela seguinte banca examinadora:

Orientador: Professor Dr. Jó Klanovicz

Instituição : UNICENTRO

Professora Dr.^a Luciana R. F. Klanovicz

Instituição : UNICENTRO

Professor Dr. Claiton Marcio da Silva

Instituição : UFFS

Prof.^a Dr.^a Samira Perucchi Moretto

Instituição: Universidade Estadual de Goiás

Prof. Dr. Emerson Luis Velozo

Instituição: UNICENTRO

Guarapuava ___/___/_____

AGRADECIMENTOS

A construção de uma dissertação não é êxito individual, há em todo decorrer desse processo, inúmeras pessoas, que, muitas vezes só são evidenciadas na hora de escrever os agradecimentos. Todo esse momento foi iluminado por pessoas, acontecimentos, alguns tristes outros, porém mais significativos e alegres. São momentos extasiantes, estimulantes, por outras paralisantes. Enfim, várias pessoas, vários momentos e vários sentimentos. Pois bem, é chegada a hora de lembrar e sobretudo, agradecer as presenças marcantes ao longo dessa trajetória do mestrado.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador Jó Klanovicz, que acreditou em meus projetos (muitos), mas principalmente, que me deixou voar. Obrigada por aceitar me orientar neste processo de mestrado, por trocas de conhecimento, por toda tranquilidade que me passou durante este período, e também por momentos de descontração.

Agradeço as agricultoras de Jesuíno Marcondes, em especial a Terezinha, a Nahir e Verônica, que foram tão atenciosas e acreditaram na importância desta pesquisa.

De forma geral, agradeço a três mulheres que merecem destaque: primeiro a minha mãe, que foi a minha primeira mestra, além de uma excelente professora, uma mãe exemplar. Sempre acreditou e viabilizou meus sonhos, inclusive o de fazer mestrado e seguir na busca por conhecimento. Pela paciência, pelas horas de conversa e principalmente de escuta, pela amizade, e principalmente pelo amor dedicado durante toda minha vida. Tão valiosas e importantes as conversas nas horas mais difíceis do mestrado, nas horas de desânimo, sempre achava um jeito de relembrar a importância desse mestrado para minha vida.

A Sueli, minha professora de graduação, eterna orientadora e acima de tudo amiga. Obrigada por sempre acreditar e sobretudo, incentivar a busca pelo conhecimento enquanto Assistente Social e pesquisadora, principalmente em apoiar a minha escolha em assumir a docência no curso de Serviço Social.

E em terceiro lugar, a querida professora Luciana Klanovicz, que talvez não tenha a dimensão do quanto contribuiu para o desenhar desta pesquisa, mas que da sua maneira, esteve presente em todo meu caminhar enquanto mestranda. Por todos os ensinamentos, pela alegria sempre contagiante, pela força, determinação e coragem. Por todas as contribuições teóricas, principalmente na discussão de gênero. As conversas valiosas que tivemos no LHAG e que de certo modo, contribuíram para com a pesquisa. Pelos momentos fora do ambiente acadêmico, que sem sombra de dúvidas foram também fundamentais. Obrigada Lu.

Ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário – UNICENTRO/PR. Aos colegas, destaco a amizade feita com a Karlla, Luana, Thalita, Ju e Carol Holm, agradeço pelas conversas, incentivo, e também pelos momentos de descontração. Agradeço também a Silvana e a Keyla, pelas diversas tardes nas comunidades rurais de Irati para realização do PIEC. Ao meu querido amigo Rafa, que sempre esteve presente, desde o primeiro dia desse caminhar do mestrado, nossas conversas tão valiosas para eu seguir acreditando em minha pesquisa e, sobretudo,

Tarci, Tarci... agradeço, em especial essa bela amizade que o mestrado me trouxe, a pessoa que mais me ouviu, nos diversos momentos do mestrado, aquela que me abrigava quando eu estava cansada de pegar a estrada, me ouvia em cada detalhe que eu mudava na pesquisa, cada dificuldade, sempre incentivando muito a eu não desistir, ressaltando a relevância da minha pesquisa. Amiga, obrigada pelas muitas e agradáveis horas de conversa contemplativa.

Carol, minha grande amiga que sempre esteve tão presente nesse momento. Por nós saber cultivar essa amizade tão singela. Agradeço-a também, pela organização das capas desta dissertação, com as fotos, que ficaram exatamente do jeitinho que eu pedi. Obrigada por tudo Carol.

Fer Walter, Fabinho, Débora e Vanessa, obrigada pela força de sempre amigos tão essenciais, nem teria palavras para descrever aqui como foram e são importantes para minha vida.

Ao Guigo pela força e por acreditar que eu era capaz desde a seleção do mestrado, por acreditar nesse projeto, por todas as vezes que não hesitou em traduzir os textos em inglês, sempre me ajudando em todas as etapas. E, claro por todas as “tacinhas” que tomamos...rsrs...Obrigada Gui.

Agradeço a todas as pessoas que estiveram, mesmo por poucos momentos ao meu lado, que deixaram um pouco de si e levaram um pouco de mim.

MULHER AGRICULTORA

Como o verde que brota teimosamente em solo duro. Tu desperta, querendo presente, querendo futuro. E na busca és povo, és raça, és certeza! Na lavoura, na casa, na luta. Mistura de força e coragem. A fibra, a dor, a canção. Mulher: conheces a enxada, a foice, a semente e do nascer ao poente escreves a história da planta. Camponesa, conheces o preço, o imposto e a falta de pão. Camponesa, conheces a madrugada, a roupa lavada e o sofrimento. Camponesa, conheces o choro da fome, o desmatamento da alma, ao perder a calma vendo as injustiças aumentarem. Gritas no grito do filho, no desabafo do marido, na colheita do feijão e do milho. Gritas denunciando! Desconheces tempo de folga. Reconheces que o tempo chegou. Tempo de conquista e de derrubada. Tempo de tirar o joio de plantação. Mulher enfrenta esta opressão, que te tira o direito de ser livre. De ser mãe, companheira, mulher. Reconhece que o tempo é propício. Tempo de fertilidade. Tempo de gerar esperança e plantar organização. Mulher camponesa! É preciso mais do que nunca gerar tua libertação.”

Carmelita Zanella

Poema retirado da Cartilha “Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas” do Movimento de Mulheres Camponesas

RESUMO

Esta pesquisa apresenta uma reflexão sobre as mulheres camponesas, as suas experiências de vida, e as relações sociais estabelecidas na comunidade Jesuíno Marcondes no município de Prudentópolis-PR. Compreender como essas camponesas trocam experiências de vida e como um “coletivo”, elas rompem as barreiras culturais impostas e transformam não só suas realidades, mas a realidade de suas famílias e de suas comunidades. A presente dissertação tem como objetivo discutir os limites e as possibilidades ao acesso das mulheres camponesas às políticas públicas em suas comunidades, considerando-as protagonistas diante das atividades socioprodutivas que envolvem o cenário da agricultura familiar e camponesa na região sudeste do estado do Paraná. Deste modo, compreendemos necessário apresentar ao leitor, uma contextualização das questões de gênero estabelecendo uma interface entre as camponesas e os múltiplos sentidos da igualdade de gênero. Não menos importante, buscamos apresentar os avanços das teorias feministas que culminam em inovações nas políticas públicas agrárias na perspectiva de gênero. Consideramos relevante dar voz a essas camponesas e apresentar seus relatos, buscando compreender o ser camponesa, registrando o pensamento, o significado de suas ações para comunidade, revisitando o passado e identificando a importância delas nas diversas conquistas políticas e sociais na sociedade. Deste modo, para estabelecer os relatos que pensamos necessários para discussão aqui proposta, amparamo-nos na perspectiva da história oral, resgatando o olhar destas mulheres bem como suas vivências no rural brasileiro. Localizar e superar limites ao acesso das mulheres na participação efetiva em espaços públicos é algo primordial quando tratamos da autonomia dessas mulheres. Destaco que as novas configurações das políticas públicas, bem como a criação da Secretaria de políticas públicas para mulheres, trouxeram benefícios para o fortalecimento da atividade feminina no campo. A partir dessas políticas, as mulheres passaram a se inserir em discussões que antes estavam delimitadas ao público masculino, principalmente na AMA (Associação Marcondense de Agricultores).

Palavras chave: Autonomia, Camponesas, Comunidade, Gênero, Políticas Públicas.

ABSTRACT

The present research presents a reflexion about rural women, her life's experience, and the social relations established on the Jesuíno Marcondes community, situated at Prudentópolis – PR. Understand how the rural women exchange life experiences and how, together, they break the cultural limits imposed and transform not only your reality, but the reality of the communities and of her families too. This dissertation aims to discuss the limits and the possibilities of the rural women access the public politics in your communities considering them as protagonists in front of the socio-productive activities involving the scenery of the family farming of the southeast region os the Paraná state. Thus, we see necessary to show to the reader, a contextualization of the gender questions establishing one interface between the peasant women and the multiple meanings of gender equality. Not less important, we seek to present the advances os the feminist theories wich culminates in innovations on the agricultural public policies on the gender perspectives. Is considered important give voice to this peasant women and show her reports seeking to understand the “be peasant” recording the thinking, the meaning of your actions to the community, inspecting the past and identifying the importance of them on the social and politics achievements on the society. This way, to establish the reports we see necessary for the discussion here proposed we admitted us on the perspective of the oral history, rescuing the look of these women as well as your life on the brasilian rural ambit. Locate and overcome the limits on the access of the women on the affective participation on public spaces is primordial when we treat of these women's autonomy. I emphasize that the new configurations of the public politics as well as the criation of the Department of public policy for women, brought benefits to the fortification of the female activity on the camp. From these politics, the women passed to insert into discussion that, before, were delimited on the male public, mainly on the AMA – Marcondense Association of Farmers.

Keywords: Autonomy, Community, Gender, Public Politics, Rural Women.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|----|
| Figura 1 - Foto da Igreja Rito Ucraino de Jesuíno Marcondes e da Associação Marcondense de Agricultores | 20 |
| Figura 2 - Localização Geográfica da Região Sudeste no Paraná | 21 |
| Figura3–Territórios da cidadania e desenvolvimento rural | 77 |
| | |
| Gráfico 1 – Indicadores de gênero | 25 |
| | |
| Quadro 1 - Definições de Políticas Públicas | 67 |
| Quadro 2 - Ações realizadas com público feminino em projetos na região de Guarapuava – 2015 | 73 |

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 09 |
| 1.1 OS CAMINHOS METODOLÓGICOS E O CONTEXTO DE INVESTIGAÇÃO ... | 09 |
| 1.2 QUESTÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE GÊNERO E AGRICULTURA | 20 |
| 2 A CONSTRUÇÃO DAS CONCEITUAÇÕES SOBRE GÊNERO | 25 |
| 2.1 SOBRE GÊNERO E FEMINISMO – DEFINIÇÃO E DISCUSSÕES TEÓRICAS ATUAIS | 25 |
| 2.2 CATEGORIA GÊNERO | 31 |
| 2.3 GÊNERO E NATUREZA | 33 |
| 2.4 CONTEXTUALIZANDO O MOVIMENTO DAS MULHERES AGRICULTORAS NA REGIÃO SUL DO BRASIL | 38 |
| 3 O TRABALHO DA MULHER CAMPONESA NA AGRICULTURA FAMILIAR | 43 |
| 3.1 O CENÁRIO DA AGRICULTURA FAMILIAR | 43 |
| 3.2 SENTIDOS DO TRABALHO PARA AGRICULTORAS FAMILIARES..... | 48 |
| 3.3 CONHECENDO O TRABALHO PRODUTIVO DAS MULHERES EM JESUÍNO MARCONDES | 50 |
| 4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NA PERSPECTIVA DE GÊNERO | 66 |
| 4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS AGRÁRIAS BRASILEIRAS COM PERSPECTIVA DE GÊNERO | 66 |
| 4.2 EMPODERAMENTO MULHER CAMPONESA | 77 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 79 |
| REFERENCIAS | 82 |
| APÊNDICE 1 – IDENTIFICAÇÃO DAS ENTEVISTADAS | 87 |
| ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO | 89 |
| ANEXO 2 –AUTORIZAÇÃO DE IMAGEM..... | 90 |

1 INTRODUÇÃO

1.1 OS CAMINHOS METODOLÓGICOS E O CONTEXTO DE INVESTIGAÇÃO

Todo o caminhar acadêmico exige amadurecimento, tanto teórico quanto pessoal. Parte desse amadurecimento deu-se na graduação em Serviço Social, quando tive aproximações com as teorias de gênero e o interesse em aprimorar o conhecimento nesta temática. Ao entrar no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário na UNICENTRO, a problemática de gênero, sempre teve presença marcante em diversas disciplinas e em núcleos de estudos que participei, e isso fez com que voltasse meu olhar e buscasse mais aprofundamento teórico sobre a temática. O desenvolvimento enquanto pesquisadora aprimorou-se pois, trouxe-me acima de tudo, uma ainda maior aproximação com a comunidade concomitante com o aprofundamento teórico adquirido com leituras feitas nas disciplinas do Programa.

A definição da temática da pesquisa, deu-se a partir da leitura da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), que estabelecia metas quantitativas e qualitativas até o ano de 2014, destacando em seu 6º eixo a discussão de gênero e geração. Ainda que a proposta inicial não tenha sido desenvolver o trabalho com as camponesas, o desenhar da pesquisa, junto com o orientador levou-me a compreender a presença desses novos atores que emergem do rural brasileiro e voltar meu olhar ao protagonismo dessas camponesas no espaço rural. Decidido a temática, busquei uma maior aproximação através dos referenciais relacionados às questões de Gênero e agricultura que, acabaram por contribuir para o a construção da pesquisa.

Nesta trajetória da construção da dissertação, a participação no Laboratório de História Ambiental e Gênero (LHAG), constitui-se em um campo rico e amplo de conhecimento e aproximação com a realidade, somada a leitura de bases teóricas, principalmente as que discutem o conceito de Gênero. Todo esse processo proporcionou um refinamento teórico-metodológico no campo de História Ambiental e Gênero, atinente à dissertação.

Outro aspecto que ganha centralidade nesta dissertação, diz respeito as construções teóricas interligadas de gênero e da interdisciplinaridade. Deixamos claro que a interdisciplinaridade nada tem a ver com uma “unificação de saberes” e sim de

favorecer a “sociabilidade” entre as disciplinas. Consiste em um esforço de tradução das diferentes linguagens, de associação de conceitos próximos, de circulação de ideias em que cada pesquisador persegue seus objetivos e pode tirar proveito, caso seja possível, daquilo que identificamos como “produção coletiva”. A unidade, se é que podemos falar dela, só pode acontecer através de uma espécie de “comércio de ideias” (LEGAY, 1988). No que refere-se a esta pesquisa, isto significa que as principais categorias analíticas utilizadas como (gênero, agricultura políticas públicas) cumprem o papel de favorecer a “sociabilidade” entre as disciplinas.

Salienta-se que os Estudos de Gênero consistem num campo interdisciplinar por excelência. Razão pela qual, não seria possível a realização de uma pesquisa que discutisse Gênero e Agricultura sem essa compreensão da Interdisciplinaridade.

A reflexão interdisciplinar que preconiza o relatório da CAPES (2003), é aquela em que duas ou mais disciplinas convergem, e deste modo, acabam por contribuir para “a desestabilização de fronteiras científicas através da transferência de métodos de uma área para outra, o que possibilita a geração de novos conhecimentos e profissionais com fundamentação sólida e integradora” (FERNANDES; CARLOS, 2009, p. 84-85).

Muitos são os desafios a serem superados para um maior reconhecimento dos diversos segmentos da sociedade para com a importância dessas mulheres, entretanto diversos avanços vêm ganhando destaque no cenário atual brasileiro, avanços esses que iremos discutir na presente pesquisa.

O aprofundamento nos estudos sobre a interface entre gênero e agricultura, sempre me despertaram uma grande motivação enquanto pesquisadora. Discutir e problematizar o conceito de gênero como lente para desvendar as relações sociais no cenário da agricultura familiar, sempre fizeram parte do escopo desta pesquisa.

O objeto de estudo desta pesquisa consiste no compreender a relação das políticas públicas na perspectiva de gênero e o trabalho da mulher agricultora na comunidade de Jesuíno Marcondes, problematizando o conceito de gênero sob lente para discussão das políticas públicas. Dar ênfase aos novos atores e atrizes sociais que vem ganhando destaque no cenário rural brasileiro. Importante ressaltar, que esses novos atores e atrizes sociais, sempre desenvolveram diversas atividades no dia a dia de suas comunidades, entretanto, nota-se a partir do final da década de 90 uma maior visibilidade destes para a agricultura familiar e para as agendas de políticas públicas.

Os sujeitos da pesquisa são mulheres agricultoras da comunidade de Jesuíno Marcondes, no município de Prudentópolis-PR, especificamente aquelas associadas da A.M.A-Associação Marcondense de Agricultores, que trabalham na Agricultura Familiar e estão inseridas em Programas do governo federal, o PAA e o PNAE. Quanto ao critério de escolha da comunidade a ser estudada, foi realizado um levantamento prévio, na EMATER, no município de Prudentópolis, sobre a participação de mulheres em associações municipais e principalmente aquelas cadastradas nos dois programas acima citados, e verificou-se a forte presença de mulheres desta comunidade nos programas, portanto, optou-se pela comunidade de Jesuíno Marcondes, além de a A.M.A ser destaque enquanto associação no município, com sede própria, e segundo o que consta na ata de reunião da A.M.A, no ano de 2014, as mulheres participaram da organização da festa da agricultura familiar na localidade, desenvolvendo espaços de discussões sobre ruralidade, agricultura familiar, gênero e geração, banco de sementes para o município, formação de cooperativas em prol do agricultor familiar. Outro critério consiste está justamente na presença das mulheres, tanto nos espaços de produção, quanto nos espaços de participação política.

Fazem parte da A.M.A doze mulheres, no entanto, entre esse total foram selecionadas essas quatro mulheres as quais corroboraram com toda a discussão proposta pela pesquisadora e enriqueceram o trabalho com suas “vozes”. Os critérios utilizados para a seleção dos sujeitos da pesquisa foram: a) ser integrante da associação desde sua formação e estar inserida nos programas governamentais desde sua implantação em 2007, tais critérios contribuem de forma significativa para uma análise mais efetiva dessas políticas em atendimento ao objeto proposto nessa dissertação, agricultura familiar e a agenda de políticas públicas voltadas ao esse segmento, com enfoque no gênero.

O diferencial para escolha desta comunidade, consiste no compromisso dessas agricultoras em fortalecer a A.M.A no cenário municipal, com iniciativas próprias, com articulações para o fortalecimento dessa associação e conquista de uma cooperativa para a comunidade que a represente no município. O que de fato visualiza-se em Marcondes é uma iniciativa dos próprios membros da comunidade em prol de um bem comum, esse cooperativismo não é visualizado em outras comunidades, principalmente quando discutimos a questão da participação da mulher como membro de associações.

Ao entrar em contato com a EMATER do município de Prudentópolis/PR, indicaram-me o contato do senhor José Amílcar Pastuch, que como um dos membros principais da AMA, articulou e inseriu as mulheres nos programas PAA e PNAE. Além disso, é vereador municipal e diretor do Colégio Estadual Prefeito Antônio Witchemichen, na comunidade. Na ocasião convidou-me para participar das reuniões da A.M.A para me aproximar ainda mais das agricultoras.

A aproximação com esta realidade veio para realçar a importância do trabalho das mulheres na reprodução das unidades de produção familiar e, de modo especial, naquelas famílias que vêm desenvolvendo um cultivo de diversidade de alimentos.

Já na primeira reunião que participei, pude conhecer as quatro mulheres da comunidade de Jesuíno Marcondes, que fizeram parte da pesquisa, a partir de então o interesse para pesquisar a comunidade aumentou e a partir disso, pude conhecer outras mulheres da comunidade que estavam inseridas em programas de governo nas esferas municipal, estadual e federal e ainda, um número significativo de mulheres que participam ativamente da A.M.A, que se configura atualmente como uma das associações de destaque no município.

Quanto aos desdobramentos dos objetivos, tem-se como objetivo geral, compreender de que forma as políticas públicas na perspectiva de gênero tem contribuído para o empoderamento das mulheres agricultoras de Jesuíno Marcondes, sinalizando como objetivos específicos, problematizar a categoria gênero e seus desdobramentos para agricultura familiar, identificar o trabalho dessas mulheres e os programas que estão inseridas e por fim discutir as Políticas Públicas para a agricultura familiar na perspectiva de gênero e suas contribuições para o trabalho dessas mulheres.

Metaforicamente o “desabrochar das flores”, que nesta dissertação, refere-se ao desabrochar das mulheres agricultoras, aqui entendidas como novos atores, que vem protagonizando uma agricultura familiar mais plural, mais dinâmica e mais participativa, na tentativa de deixar para trás ranços culturais do patriarcado, que deixa ofuscado o desabrochar dessas flores neste cenário.

Para o início de cada capítulo, utilizamos um acervo de fotos, tiradas no decorrer de toda pesquisa e arquivo pessoal das entrevistadas. Esses arquivos registram parte das atividades realizadas pelas agricultoras na comunidade estudada.

A estrutura desse estudo está organizada em três capítulos, em que apresenta-se um aporte teórico sobre os temas citados, buscando não somente reconhecer o

processo de construção de conhecimento, como também estabelecer um diálogo entre a teoria feminista e as ciências sociais.

Preocupou-se em trazer desde o primeiro capítulo, as vozes dessas agricultoras, realçando as suas histórias de vida, suas dificuldades enquanto agricultoras, suas atividades produtivas e de forma mais ampla, o modo de vida dessas mulheres na comunidade.

O primeiro capítulo intitulado “A construção das conceituações sobre gênero”, versa sobre o conceito de gênero como lente para se analisar processos sociais que se apresentam no cenário da agricultura familiar. Contextualizar as questões de gênero bem como o movimento feminista, que são sem sombra de dúvida, a base de qualquer movimento que tenha a mulher como protagonista. Desta forma, são abordados os aspectos que envolvem o conceito de gênero como categoria de análise, apresentando sua interlocução com a teoria feminista.

No segundo capítulo denominado “O trabalho da mulher camponesa na agricultura familiar”, preocupou-se primeiramente em trazer uma discussão teórica sobre os conceitos de agricultura familiar e campesinato no contexto brasileiro, discussão importante para localizar as agricultoras nesse cenário. Para atingir o objetivo de conhecer essas agricultoras, apresentamos o cotidiano delas, suas relações sociais e vínculos comunitários, suas atividades cotidianas, formas de subsistência e sua percepção sobre a importância de seu trabalho para a comunidade.

O terceiro capítulo tem como título “Políticas Públicas para a agricultura familiar na perspectiva de gênero”, apresenta uma análise das políticas públicas, sob as lentes do conceito de gênero, buscando analisar de que forma as Políticas Públicas brasileiras vem contribuindo nas relações equitativas de gênero em prol de uma maior autonomia e empoderamento de mulheres camponesas.

Discutir políticas públicas sob as lentes do conceito de gênero, exige um conhecimento sobre as principais teorias que oferecem suporte a pesquisa. Deste modo, utilizo para o primeiro capítulo, as contribuições de algumas feministas como Simone de Beauvoir, que fez um estudo detalhado sobre a mulher, considerando-a nas perspectivas social, histórica, psicológica, biológica, perfazendo um dos esforços mais significativos da sociedade contemporânea no sentido de *desnaturalizar* a condição feminina. Preocupou-se também em dialogar com autoras mais contemporâneas, como Lucila Scavone, Íris Nery do Carmo, Suely Costa, a cientista

social Ana Alice Alcantara Costa, e, principalmente as contribuições da historiadora Joana Maria Pedro.

Utilizo também, autoras clássicas na discussão de gênero como a filósofa norte-americana Judith Butler e a historiadora estadunidense Joan Scott. Butler pretende historicizar o corpo e o sexo, dissolvendo a dicotomia sexo x gênero, que fornece às feministas possibilidades limitadas de problematização da “natureza biológica” de homens e de mulheres. Scott reforça uma utilidade analítica para o conceito de gênero, para além de um mero instrumento descritivo, e chama a atenção para a necessidade de se pensar na linguagem, nos símbolos, nas instituições e sair do pensamento dual que recai no binômio homem/mulher, masculino/feminino.

Já para a discussão de gênero e natureza, considere as contribuições de Sherry Ortner, Gabriela Rodriguez (1992), e a historiadora Carolyn Merchant (1936), quando retoma os categorias de análise de Donald Worster (2003) em “Transformações da Terra” e, principalmente nas discussões de seu artigo “Gender and Environmental History” (1990). Outra autora que escreve sobre mulheres, Michelle Perrot, em seu livro “Minha História das Mulheres” (2012). Na contextualização sobre o movimento das mulheres camponesas, utilizo como referência fundamental para esse subitem, as contribuições da Cientista Política, Maria Ignez Paulilo.

Sobre os caminhos metodológicos, para Minayo (2008, p. 14)

a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade).

É necessário portanto, uma articulação da teoria, da realidade dos pensamentos sobre a realidade.

Para tanto, esse processo de construção da pesquisa é algo bastante inquietante que gera questionamentos rígidos da problemática a ser compreendida. Neste sentido, a pesquisa constitui-se em uma atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um

problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática (MINAYO, 1994, p. 21).

Como muito bem disse Boaventura de Sousa Santos (1986) “é necessário voltar-se às coisas simples, à capacidade de formular perguntas simples, perguntas que, como Einstein costumava dizer, só uma criança pode fazer mas que, depois de feitas, são capazes de trazer uma luz nova à nossa perplexidade” (SANTOS, 1986, p. 1).

No que tange a metodologia desta dissertação, e para estabelecer os relatos que penso necessários para a discussão aqui proposta, amparo-me na perspectiva da história oral, levando-se em conta os cuidados inerentes à coleta de relatos. A história oral tem um percurso característico: até os anos 1970, quando emergiu no Brasil, ela era utilizada como uma metodologia para preencher lacunas deixadas por documentos escritos. Nesse sentido, Joana Maria Pedro (2003) pontua que os relatos eram elaborados principalmente por agentes administrativos, personalidades políticas, com vistas a corroborar dados oriundos de outros documentos. Assim, raramente mulheres eram entrevistadas, na medida em que o interesse estava orientado para o mundo público.

Com a guinada para uma história da vida privada nos anos 1980, o relato de mulheres passou a habitar o mundo da história oral com maior frequência e intensidade, na medida em que os próprios interesses da história tornaram-se outros, e o desenvolvimento teórico-metodológico da história oral também passou por mudanças (PEDRO, 2003).

Joana Maria Pedro (2003) ainda pontua que “algumas feministas, como Andrée Michel, já haviam alertado para a ausência de personagens femininas na história” (PEDRO, 2003, p. 83), essa invisibilidade da participação das mulheres nos diversos cenários, inclusive na luta pelos fins de guerras, levou a um maior, ou quase que total destaque dos homens.

Operando-se um deslocamento da vida pública para a vida privada, a história oral pode, nesse sentido, devolver a palavra para grupos que não tinham voz, redimensionando a própria história local (THOMPSON, 1992, p. 25). Deste modo, a história oral favorece a compreensão do papel desempenhado pela mulher no cenário agrário brasileiro.

A primeira coisa que torna a história oral diferente, portanto, é aquela que nos conta menos sobre *eventos* do que sobre *significados*. Isso implica que a história oral não tenha validade factual. Entrevistas sempre revelam eventos desconhecidos ou aspectos desconhecidos de eventos conhecidos: elas sempre lançam nova luz sobre páreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas (PORTELLI, 1997, p. 31).

Ao amparar-me na leitura de Thompson, especialmente no que diz respeito ao traço dos relatos mais consolidados em termos de memória, entrevistei mulheres camponesas da comunidade rural, pois acredito na memória como a presença do passado, e ouvindo as memórias contadas pelas entrevistadas consegui imaginá-la inserida num determinado contexto familiar e também social, e isso ajuda-me a compreender as vivências na comunidade de Jesuíno Marcondes, no município de Prudentópolis-PR, e faz-me aproximar do objeto de pesquisa – a situação das camponesas desta comunidade. Segundo Thompson (1992)

Não há dúvida alguma de que isso deve contribuir para uma reconstrução mais realista do passado. “A realidade é complexa e multifacetada; e um mérito principal da história oral é que, em muito maior amplitude do que a maioria das fontes, permite que se recrie a multiplicidade original de pontos de vista” (THOMPSON, 1992, p. 25-26).

Não se pretende com esta pesquisa reduzir a categoria gênero ao espaço doméstico, ou tido como “privado.” Joan Scott (1989) alerta que pesquisadores, estudiosos cometem um erro, ao fazer isso “reduziram o uso da categoria de gênero ao sistema de parentesco (fixando o seu olhar sobre o universo doméstico e na família como fundamento da organização social). E para muito além disso, acrescenta que:

Precisamos de uma visão mais ampla que inclua não só o parentesco, mas também (em particular, para as sociedades modernas complexas) o mercado de trabalho (um mercado de trabalho sexualmente segregado faz parte do processo de construção do gênero), a educação (as instituições de educação socialmente masculinas, não mistas ou mistas fazem parte do mesmo processo), o sistema político (o sufrágio masculino universal faz parte do processo de construção do gênero) (SCOTT, 1989, p. 22).

A pesquisa de campo para esta dissertação, começou em conversas com Dona Nahir e Terezinha. Cada vez que nos encontrávamos, as agricultoras revelavam partes da história da comunidade que se mesclavam com as suas histórias. Esta relação se constituiu numa bela amizade, boas conversas, risadas e aprendizados. Não restam dúvidas de que o contato com essas mulheres proporcionou-me uma reconstrução original de suas vidas bem como dos contextos que estiveram inseridas.

Assim sendo, as camponesas da comunidade contaram-me suas histórias de vida, em conversas realizadas nas tardes após as reuniões da A.M.A, nos anos de 2013 , 2014 e 2015.

Outro aspecto muito importante está na metodologia das entrevistas, pois busquei regatar o olhar destas mulheres e, mais do que isso, dar voz a elas. Registrar o pensamento, o significado de suas ações para comunidade, revisitar o passado e identificar a importância delas nas diversas conquistas, políticas, sociais, culturais da comunidade.

A Cientista Social Maria Ignez Paulilo (2010), acredita que ao nos referimos a trajetória de vida não a estamos entendendo como um conjunto coerente e orientado de relatos lineares de acontecimentos que se sucedem, mas sim como um relato que constrói e reelabora percursos, imagens e representações de si e de eventos que se desviam e se deslocam a todo o momento inelutavelmente situados a partir dos lugares sociais e culturais ocupados pelos sujeitos. Ainda, se as memórias individuais e coletivas são sempre produzidas a partir de um tempo e lugar específicos (HALBWACHS, 2004), o fato de dotar de inteligibilidade trajetórias de vida recomenda também procurar compreender o contexto em que as memórias sobre estas histórias foram construídas, representadas.

Contribuindo com essa ideia, a historiadora Michelle Perrot (2005), sinaliza que há um projeto social, político e cultural de silenciar a história das mulheres, um recurso para esconder e invisibilizar suas ações, suas falas, ocultando e por muitas vezes, excluindo do contexto histórico estes sujeitos, acreditando ser um dado texto histórico a verdade absoluta e inquestionável dos fatos reais. Diante disso, opta-se por não usar pseudônimos nesta pesquisa, pois compreendo que neste espaço, as mulheres falam a partir de um lugar de poder e que deve ser visibilizado, conhecido, publicizado, registrado.

Essas mulheres refazem a própria história e a história dos movimentos de transformação no cenário agrícola, ao mesmo tempo em que vão se construindo pessoalmente como novos sujeitos, reconfigurando as relações pessoais e familiares, e modificando as formas de trabalho no campo.

O cuidado referente a análise das fontes orais é perceber de que maneira as políticas públicas na perspectiva de gênero vem trazendo uma real autonomia e empoderamento para essas mulheres rurais, tanto individualmente quanto como parte

do grupo. Este olhar possibilita problematizar as situações que dificultam essa efetividade das políticas e sinaliza-los.

Além das narrativas das agricultoras, foram utilizadas outras fontes, como jornais locais, atas das reuniões da AMA, base documental do Colégio Estadual Prefeito Antonio Witchemichen, ampliando as fontes e dando espaço a descoberta de atores que passaram despercebidos pelo processo histórico. Como muito bem disse Joana Pedro “a proposta era a de buscar as minúcias, de ler nas entrelinhas, de garimpar o metal precioso das fontes em meio a abundante cascalho. Tem sido desta forma que inúmeras pessoas têm escrito a história das mulheres” (PEDRO, 2003, p. 85).

A pesquisa deu-se no município de Prudentópolis-PR, pertencente a mesorregião Sudeste Paranaense que integra uma vasta área do chamado “Paraná Tradicional”, cuja história de ocupação remonta ao século XVII e atravessa os prolongados ciclos econômicos do ouro, do tropeirismo, da erva-mate e da madeira. Estas, assentadas em pequenas propriedades, dedicaram-se desde logo à extração da erva-mate e à agricultura alimentar, enfrentando dificuldades impostas pela presença de áreas montanhosas e de solos de baixa fertilidade (IPARDES, 2004).

A mesorregião Sudeste Paranaense está localizada no Segundo Planalto Paranaense e abrange uma área de 1.700.649,1 hectares, que corresponde a cerca de 8,51% do território estadual. Faz fronteira a oeste com a mesorregião Centro-Sul, ao norte com a Centro-Oriental, a leste com a Metropolitana de Curitiba, e ao sul com o Estado de Santa Catarina. Possui como principais limites geográficos a Serra da Esperança, a oeste, e ao sul o rio Iguaçu. É constituída por 21 municípios, dos quais se destacam Irati e União da Vitória em função de suas dimensões populacionais e níveis de polarização (IPARDES, 2004).

Teve sua história de organização do espaço vinculada às atividades econômicas tradicionais, de cunhos extensivo e extrativo. É uma das áreas de ocupação mais antigas do Paraná e, no período de forte imigração estrangeira para o Brasil, recebeu importantes fluxos de colonos, principalmente de origem eslava, que, assentados em pequenas propriedades, dedicaram-se a atividades extrativas e à pequena agricultura alimentar. Em comparação às demais mesorregiões, o Sudeste possui a menor base populacional do Estado e a Mesorregião menos urbanizada do Paraná, com 46% de sua população vivendo ainda em áreas rurais (IPARDES, 2004).

Pode-se observar essa característica no município de Prudentópolis, através do Censo Demográfico realizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no que se refere à sobrevivência do cultivo agrícola, pois dos 43 mil habitantes 20 (aproximadamente) 63,4% reside na área rural e apenas 36,6% reside no perímetro urbano.

Estes dados nos possibilitam compreender a predominância histórica da Prática das relações econômicas, políticas e culturais ligadas ao meio rural. A Religiosidade como forte característica deste povo pode ser observada pelo grande número de igrejas construídas no Município, sendo que este possui dois padroeiros representados por duas Paróquias distintas.

O Município de Prudentópolis, tem como atividade básica a agricultura. É grande produtor de feijão, soja, milho, arroz e cebola, e é grande produtor de fumo, merecendo ainda destaque na economia do município a extração de erva-mate e mel. Pela situação geográfica, o relevo acidentado conta com um potencial turístico magnífico.

De acordo com o livro “PRUDENTÓPOLIS, Sua Terra e Sua Gente” o município originou-se do sonho de Firmo Mendes de Queiroz, descendente de bandeirantes paulistas, que por volta de 1880, aproximadamente à 6 km do Rio do Patos construiu sua moradia, com o objetivo de cultivar as terras à beira da estrada de rodagem, que se tencionava construir, e da linha telegráfica que encontrava-se apenas em projeto de construção (GOMES, 1971, p. 23-24).

Este município era denominado Vila São João, e passou a ser chamado São João de Capanema, e só em 1895 é que passou a ser chamado de Prudentópolis, nome tal, que foi escolhido em homenagem ao então Presidente da República Dr. Prudente de Moraes.

Em 12 de agosto de 1906 Prudentópolis foi instituído como município do Estado do Paraná com a área de 2.280,10 km² (IBGE), sendo que hoje caracteriza-se como a quinta maior extensão territorial dentre os municípios paranaenses (GOMES, 1971). Os colonizadores em sua maioria descendentes de imigrantes ucranianos e poloneses além de serem um povo de raízes agrícolas apresentavam uma forte religiosidade com destaque para o rito Ucraino Católico.

Jesuíno Marcondes é uma comunidade rural onde prevalece o trabalho Agrícola. Destaca-se a produção de feijão, milho, soja, erva-mate e fumo. Também há criação de animais para consumo próprio e para o comércio.

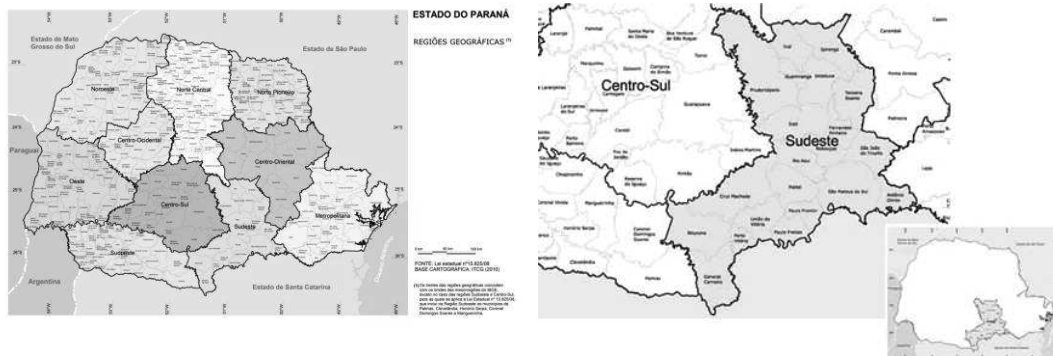
As famílias da região são, na maioria, descendentes de ucranianos, prevalecendo o catolicismo como religião. Recebem a evangelização das Irmãs Servas de Maria Imaculada, das Catequistas do Sagrado Coração de Jesus e Padres Vicentinos e Brasileiros (conforme a localidade onde residem).

A forte presença das mulheres nas atividades agrícolas e participação em associações, chamou atenção para esta pesquisa. Destaco neste período da pesquisa alguns acontecimentos que geraram uma maior visibilidade para a comunidade e para as mulheres, como o fortalecimento da A.M.A e a criação da primeira cooperativa criada na comunidade a CODERPRU no ano de 2015, que irá fortalecer a participação das mulheres nos espaços de produção e comercialização dos alimentos.

Figura 1 - Foto da Igreja Rito Ucraníno de Jesuíno Marcondes e da Associação Marcondense de Agricultores



Figura 2 - Localização Geográfica da Região Sudeste no Paraná



Fonte: Base Cartográfica ITCG (2010), IPARDES (2010).

1.2 QUESTÕES INTRODUTÓRIAS SOBRE GÊNERO E AGRICULTURA

Há diversos olhares sobre a mulher no espaço rural. Olhares históricos, sociológicos, de ordem econômica, há aqueles olhares políticos e politikeiros, olhares de Estado e olhares de governos e de governantes, olhares do povo da cidade e olhares também do próprio povo do campo, olhares que carregam fortes características de um sistema patriarcal que subalterniza a mulher em relação ao homem, mas há olhares que a luz da teoria feminista, busca a igualdade de gênero.

Há olhares e olhares! Cada qual procurando e encontrando aquilo que a mente reclama, através do raciocínio e da percepção da realidade. Assim sendo, temos alguns olhares críticos, pois captam o escondido e, nisto, enxergam o inquietante novo. Há olhares conservadores, que não hesitam em permanecer com ideias tradicionalistas e que vem travando os avanços na busca pela igualdade de gênero. E assim, existem e transitam olhares sobre as questões de gênero sobre o rural. Alguns singelos, outros audazes, mas que de maneira ou de outra trazem elementos que criam e recriam, produzem e reproduzem as relações da mulher no campo. Perguntar-se-ia, qual é o olhar da sociedade para essas mulheres agricultoras? Ou, qual o olhar das políticas públicas brasileiras para com a realidade dessas agricultoras? É na busca de respostas a estas e a outras perguntas que se propõe a reflexão desta dissertação.

De modo geral, os estudos rurais tiveram presença destacada ao longo da história das ciências sociais brasileira, deste modo, várias pesquisas lançaram ênfase às relações de desigualdade que marcam a vida das mulheres camponesas. A participação ativa dessas camponesas no cenário atual, vem demonstrando cada vez mais o seu empoderamento, tanto nas questões políticas, quanto nas atividades

cotidianas que envolvem essas mulheres e o seu trabalho no contexto familiar. Deste modo, o cotidiano dessas mulheres torna-se espaço de conhecimento e compreensão da forma como se estabelecem as relações entre homens e mulheres camponeses.

Para Sergio Schneider¹, “boa parte dos estudos sobre mulheres rurais realizados no Brasil sempre tendeu a considerá-las a partir de seu lugar dentro da unidade de produção, focalizando sua condição de trabalhadoras não remuneradas e com baixa valorização” (SCHNEIDER, 2010, p. 2).

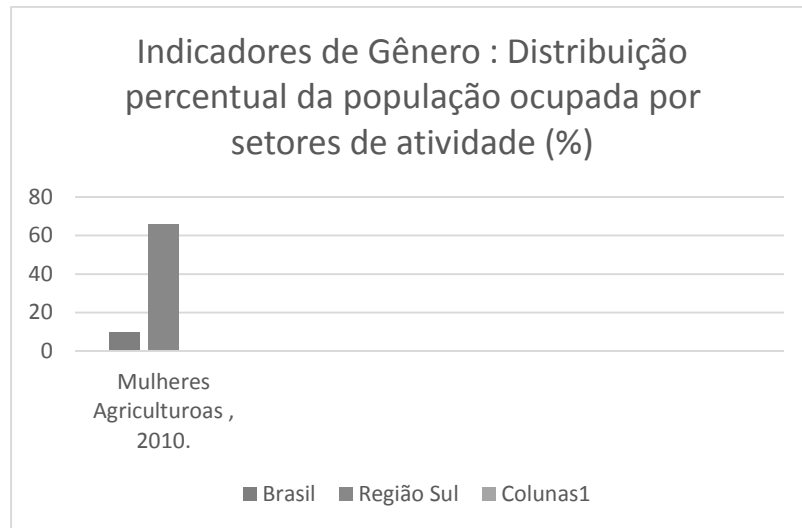
Mesmo que esses estudos tenham revelado aspectos relevantes relacionados à situação de desigualdade das mulheres, como a sua importância nas atividades agrícolas e seu papel na reprodução social das famílias rurais, permanecem lacunas quanto a situações opostas e alternativas a essa desigualdade. Lacunas estas que procurarei compreender nesta pesquisa.

Conforme as estatísticas de gênero, as mulheres apresentam destaque nas atividades de agricultura. Um comparativo entre o Brasil e a região Sul nos mostra que para o Brasil, 9,9% das mulheres desenvolvem atividades na agricultura, já para a região sul esse número passa para 65,5%. (IBGE, 2010)

No Brasil, existe uma carência nos estudos relacionados a políticas públicas para a agricultura familiar, esta carência está, em certa medida, relacionada ao caráter relativamente recente de estruturação de um campo de investigações sobre políticas públicas nas ciências sociais brasileiras (SOUZA, 2003). No campo das políticas públicas de gênero, essa lacuna de estudos analíticos é ainda mais notável.

¹ Doutor em Sociologia (UFRGS/Université Paris X) e Pós-Doutor pela Cardiff University. Professor do Departamento de Sociologia e do PPG em Sociologia da UFRGS. Coordenador do PPG em Desenvolvimento Rural da UFRGS. Pesquisador do CNPq (Bolsa Produtividade em Pesquisa).

Gráfico 1 – Indicadores de gênero



Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2010).

Atualmente a região sul responde por 70% da produção de alimentos da cesta básica (IBGE, 2000). Representam 85,2% do total de estabelecimentos agrícolas, ocupando 30,5% da área total e sendo responsáveis por 37,9% do valor Bruto da Produção (VBP) Agropecuária Nacional e 50% do VBP da região sul (IBGE, 2000).

As iniciativas do governo como o PRONAF, já possuem linhas de crédito delimitadas diretamente para as mulheres da agricultura familiar, estimulando deste modo, competências das mulheres para conduzir negócios, cumprir com os pagamentos, organização e planejamento, estas iniciativas favorecem diretamente ou indiretamente toda a cadeia da agricultura familiar.

Diversas políticas públicas, planos do governo federal nos últimos 10 anos passaram a inserir as mulheres como eixo central nas discussões que envolvem produção orgânica em contexto de agricultura familiar a partir do final dos anos 90. Uma dessas políticas é a PNAPO (Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – *PNAPO*) que tem como objetivo promover a Transição Agroecológica e a Produção Orgânica como base do desenvolvimento rural sustentável, e desta forma, possibilitar à população a melhoria de qualidade de vida por meio da oferta de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais. Em seu eixo 6 (geração e gênero), destaca-se algumas medidas que visam:

1. Incluir agroecologia como tema de pesquisa no edital do Prêmio Margarida Alves (MDA).
2. Promover a agroecologia por meio do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais (MDA).
3. Estimular a produção

agroecológica por meio do Pronaf Mulher e do Crédito Apoio Mulher (MDA). 4. Promover a capacitação para servidoras e servidores públicos relacionada a questões de gênero e geração e as políticas de organização produtiva das mulheres e dos jovens (MDA/MMA). 5. Disponibilizar 15 milhões para a chamada de ATER para organizações produtivas de mulheres rurais até 2014 (dentro da meta de ATER) (MDA/INCRA) 6. Garantir a participação paritária entre homens e mulheres dentre agricultores/ase no mínimo de 30% de mulheres entre os técnicos/as (na meta de formação e capacitação de agricultores e técnicos).

A meta desta Política visava garantir no mínimo 30% de mulheres no acesso às ações previstas na PNAPO até 2014. Mesmo reconhecendo e percebendo uma maior visibilidade dessas mulheres rurais, ainda existe um abismo no que preconiza as leis e até mesmo os objetivos e metas da Secretaria de Políticas Públicas para as mulheres. Não obstante, compreende-se que esse processo está muito atrelado a questões culturais, históricas, e, mesmo havendo indícios de avanços significativos da participação e reconhecimento do trabalho da mulher em atividades no espaço rural, ainda persistem ranços na cultura patriarcal.

2 A CONSTRUÇÃO DAS CONCEITUAÇÕES SOBRE GÊNERO

2.1 SOBRE GÊNERO E FEMINISMO – DEFINIÇÃO E DISCUSSÕES TEÓRICAS ATUAIS

Pode-se dizer que a ideia central do conceito de gênero surgiu com escritora francesa **Simone de Beauvoir**.² É consenso na literatura que Beauvoir é uma das mais importantes feministas da história, foi a precursora daquilo que ficou conhecido como “Segunda Onda” do feminismo.

Um dos marcos do feminismo na metade do século XX foi a publicação de *O Segundo Sexo* (Le Deuxième Sexe), de Simone de Beauvoir em 1949. A obra apresenta uma reflexão profunda sobre a desconstrução da tese “do instinto biológico feminino”, tese essa que a autora não considerava um pressuposto válido e imutável, mas sim uma condição culturalmente construída. A autora traçava com “*O Segundo Sexo*”, um estudo detalhado sobre a mulher, analisando-a nas perspectivas histórica, social, psicológica e biológica, perfazendo um dos esforços mais significativos da sociedade contemporânea no sentido de *desnaturalizar* a condição feminina.

Para a socióloga Lucila Scavone (2008), Simone de Beauvoir foi à precursora dos conceitos que envolveriam posteriormente os “estudos sobre as mulheres” marcando a passagem do feminismo igualitarista (aquele sufragista) para um feminismo que se volta à mulher como sujeito. Desta maneira, pode-se compreender a importância d’*O Segundo Sexo*, livro no qual Beauvoir utilizou a dicotomia cultura/natureza como cerne da sua teoria emancipatória.

A mulher, na compreensão de Beauvoir, era resultado de uma elaboração cultural e histórica a partir de uma alteridade masculina. Daí a famosa frase:

NINGUÉM nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino (BEAUVOIR, 1967, p.9).

² Simone de Beauvoir (Paris, 9 de janeiro de 1908 – Paris, 14 de abril de 1986) foi escritora, filósofa existencialista e feminista francesa. Ela escrevia romances e monografias sobre filosofia, política, sociedade, além de ensaios e biografias e também escreveu sua autobiografia. Entre seus ensaios críticos, cabe destacar *O Segundo Sexo* (Le Deuxième Sexe em francês) que consiste em uma profunda análise sobre o papel das mulheres na sociedade.

Deste modo a autora busca afastar as mulheres da natureza e do biologismo reconhecendo a moldagem cultural do seu papel social. As reflexões da autora permitiram amplificar a noção do papel da mulher como o “outro”, sempre localizado em referência ao masculino, hierarquicamente superior por seu *lócus* na cultura.

Posteriormente, a filósofa norte-americana Judith Butler (1987) critica o verbo “tornar-se” fala marcante na obra de Beauvoir, a norte-americana argumenta que não existe um estado anterior sobre o qual o gênero se constrói e a “fêmea” se torna “mulher”. Na compreensão de Butler, o sexo é construído através do discurso, e, deste modo, “sexo já é gênero”, acrescentando ainda que se existe a ideia dessa diferenciação sexual aparentemente imutável certamente está atrelada a um discurso pré-estabelecido de uma sociedade heteronormativa.

A análise feita pela socióloga brasileira Íris Nery do Carmo (2011, p. 7) considera que para autoras como Butler “é preciso historicizar o sexo. Compreende-se que o que se considera como natural é também efeito de diversos discursos, como o discurso médico e científico”. Daí se segue que gênero é a organização social da diferença sexual. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais.

Há quem diga que o movimento feminista esteja em decadência, esse questionamento é bastante comum em nosso cotidiano, entretanto esse movimento ainda é tema central de discussões na sociedade atual. A Cientista Social Ana Alice Alcantara Costa (2005) considera que tanto o movimento feminista não acabou, como vem passando por constantes metamorfoses. Sua fala é bastante marcante quando nos coloca seu posicionamento frente a este questionamento:

O feminismo enquanto movimento social nunca esteve tão vivo, tão mobilizado, tão atuante como nesse início de século, de milênio. Talvez tenha mudado de cara, já não “queima sutiã”, raramente faz passeata e panfletagem, o que não significa dizer que tenha perdido sua radicalidade, abandonado suas lutas, se acomodado com as conquistas obtidas ou mesmo se institucionalizado (COSTA, 2005, p. 1).

Nota-se uma reconfiguração do movimento feminista, isto demonstra de maneira geral um amadurecimento desse movimento e uma afirmação de seus ideais. As transformações feministas na sociedade, sejam elas voltadas aos direitos

adquiridos, ou mesmo por uma modificação na cultura da sociedade, mostram-se em constante emergência. Fato é que:

O feminismo brasileiro, e também o mundial, de fato mudou, e não mudou somente em relação àquele movimento sufragista, emancipacionista do século XIX, mudou também em relação aos anos 1960, 1970, até mesmo 1980 e 1990. Na verdade, vem mudando cotidianamente, a cada enfrentamento, a cada conquista, a cada nova demanda, em uma dinâmica impossível de ser acompanhada por quem não vivencia suas entranhas. No movimento feminista a dialética viaja na velocidade da luz (COSTA, 2005, p. 1).

As discussões de autoras atuais, vem problematizando a ideia de se trabalhar com “ondas” do feminismo em pesquisas que envolvem relações de gênero, deste modo, penso necessário nesta pesquisa destacar alguns conceitos apontados por autoras como Joana Maria Pedro.

A historiadora Joana Maria Pedro, considera necessário lembrar alguns teóricos como Kosellek (2006) para compreender alguns conceitos básicos no que refere-se a história das mulheres e do feminismo. A crítica da autora está exatamente no uso de “ondas” do feminismo para demarcar momentos históricos muito específicos, pois onda denota um sentido de marcador de intervalos de tempo e deste modo oculta a dialética dos tempos históricos.

Considerando essa crítica ao termo onda, a Assistente Social Suely Gomes Costa (2009) considera um grande risco aos pesquisadores delimitar momentos históricos específicos ao recortar a história do feminismo, tornando-se, deste modo, uma análise acrítica do passado. Nas palavras da autora:

A prevalência de recortes conjunturais, sugeridos por eventos, acaba traduzindo, aqui e ali, transformações e “sucessivos” movimentos de mulheres, vistas em motivações políticas conjunturais e através de conceitos que parecem surgir de tempos em tempos, como se, entre eles, houvesse um intervalo de “dissipação” (COSTA, 2009, p. 3).

É necessária uma leitura mais dinâmica, que seja orientada por conceitos que admitam esses “movimentos conjunturais como partes de um vasto tecido social, em grande medida, submersas, vindas de diferentes tempos históricos” (COSTA, 2009, p. 4).

Joana Maria Pedro contrapõe o termo “onda” trazendo o conceito de rizoma como uma forma de interpretar o entrelace desses movimentos em diferentes tempos

históricos, que acabam por culminar em infinitas combinações de “ramificações”, continuadas ou não, sinalizando movimentos e transformações de visões de mundo.

Esses movimentos históricos, determinado por diversos momentos de luta das mulheres, sinalizam transformações e avanços ao feminismo que, “seriam produzidos, pois, por um processo de tomada de consciência das mulheres engendrado nas circunstâncias e nos dilemas vividos por mulheres, inscritos em processos de longa duração histórica e não como algo que irrompe numa dada conjuntura” (COSTA, 2009, p. 6-7).

Importante destacar cada momento, trançados entre si, culminam em um avanço significativo para os estudos que envolvem a perspectiva de gênero, sobretudo, destaca-se a terceira geração do movimento feminista, que para Suely Gomes Costa (2009) está mais voltada a “reconciliar o tempo maternal (cíclico e monumental) com o linear (político e histórico)”.

Ainda referindo-me a terceira geração feminista Suely Gomes Costa (2009, p. 7-8), registra que esta geração avança em relação às demais, quando rejeita “a possibilidade de se compreender o feminino num mundo puramente feminino, pois o feminino se definia em relação ao masculino. A terceira onda feminista é a que reconhece, com nitidez, as pluralidades femininas”. Coloca-se em evidencia o universo feminino definido agora não mais pelo masculino, ou seja, vislumbra-se particularidades que antes não eram observadas.

Nos estudos sobre o feminismo, há que se pensar nas particularidades não somente do movimento em si, mas essencialmente na particularidade de cada mulher, inserida em cada contexto histórico específico. Retratar a história dessas mulheres é buscar a essência de cada experiência de vida feminina. Deste modo, as pesquisas sobre feminismo necessitam de cuidados específicos, basta recordarmos as diferenças sobre “ondas” e “rizomas”, que exemplificam bem a importância dessas metáforas na compreensão de conceitos convergentes. Sobre essa interpretação Suely Gomes Costa (2009) considera que:

Há por narrar experiências femininas, como nos sugere Joana Maria Pedro, de olho na derivação metafórica do termo “rizoma”, forma de não perder de vista continuidades, persistências, mas também rupturas, lembrando que “raízes” podem estar entrelaçadas, mudar de rumo, podem seguir e não seguir em diferentes sentidos, podem mesmo retroceder... Há que repensar modos de ler as fontes históricas, documentais e orais (COSTA, 2009, p. 10-11).

Penso que é na perspectiva que Joana Maria Pedro nos aponta, a de se trabalhar com rizomas, que ocorre a busca pela experiência de mulheres camponesas. Mulheres que em seu cotidiano, lutam por sua emancipação, por seus direitos reconhecidos por sua valorização ativa no processo produtivo na agricultura familiar. Esse cenário muitas vezes ofusca o real papel da mulher, de ser camponesa, atribuindo funções tidas por homens como somente um auxílio na vida no campo. Para uma das camponesas que fizeram parte da pesquisa, o reconhecer-se como agricultora fica claro quando ela revive a sua História e afirma:

Nasci na vila mesmo, meu pai e minha mãe também nasceram aqui, sempre trabalhamos na roça, na agricultura. Plantamos de tudo um pouco: milho, feijão, tínhamos também as criações, vaca de leite, porca, galinha, dessas um pouco vendíamos e outro pegávamos para nós comer em casa. Eu sempre fui agricultora, desde que era pequena ajudava meus pais na roça. Fazia de tudo, desde arar a terra, o plantio, colher. Cuidava da criação dos animais. Saía cedinho de casa junto com meus pais para enfrentar o trabalho da roça dia pós dia. Não consegui terminar os estudos, pois na época a escola era muito longe, e também muito difícil seguir nos estudos sabendo que era necessário trabalhar. Agora conquistamos a escola aqui na comunidade, ficou muito mais fácil já para meu filhos e netos. É uma conquista pra nossa comunidade (Nahir Kraizuk Shui).

Reviver essa história trouxe elementos importantes, como reconhecer-se enquanto agricultora e muito mais do que isso, compreender sua importância no contexto familiar e comunitário. O olhar da agricultora volta-se para o passado mas, tem um olhar para o presente, para as melhorias que já existem no dia a dia da comunidade.

Ainda apresenta mais elementos principalmente sobre a valorização do trabalho das mulheres. Nas palavras da agricultora:

A mulher de uns tempos pra cá passou a ser valorizada ainda mais aqui no campo. Antes nosso trabalho e nossa luta pela resistência não eram tão valorizados e reconhecidos. Agora, nós, as mulheres estamos a frente desde o plantio até reuniões na A.M.A. Hoje por exemplo que você estava presente na reunião, você viu quantas mulheres estavam discutindo sobre o plantio, comercialização e tudo mais (Nahir Kraizuk Shui).

Há que se analisar o discreto caminhar dessas camponesas na busca por espaços de igualdade. Nota-se que a vontade de participação dessas mulheres no que refere-se ao processo como um todo, que vai desde a compreensão dos programas que estão inseridas até as formas de plantio, comercialização do alimento

produzido. Isso demonstra uma maturidade enquanto reconhecer-se protagonista desse processo produtivo presente no cenário rural.

Dona Verônica Malko, 56 anos, casada e mãe de 3 filhos, vive na comunidade há 35 anos conta-nos que muita coisa tem mudado desde que começou a participar mais ativamente nas reuniões da Associação:

Costumo dizer que sou do campo, nasci e fui criada no meio de animais, plantação, roça, sempre tive contato com esse mundo rural, meus pais eram agricultores e depois que casei também só lidei com isso. Antigamente eu não participava de nenhuma associação nem reuniões sobre plantio, há mais ou menos uns 7 anos que começamos nos organizar melhor, as mulheres, e participar como membros da AMA (Associação Marcondense de Agricultores), isso facilitou muito nosso trabalho enquanto agricultora, a gente se sente útil, compreende quanto precisa plantar, quando precisa entregar, para que escola, conversa com diretores, secretários municipais, entende como funciona as licitações, sabe os preços, sabe calcular quanto vai dar o lucro e a nossa renda.

A participação destas mulheres em espaços públicos fica evidente. A recente inserção das mulheres de Jesuíno Marcondes nos espaços públicos, mostra uma ascensão e conseqüente mudança nas concepções discutidas em reuniões de associações, projetos e prioridades para a comunidade.

Dentro dessa lógica da participação das mulheres nos diversos segmentos do trabalho na agricultura familiar, em seus estudos, Emma Siliprandi (2010), ao estudar a trajetória das mulheres, tem buscando compreender o significado da agroecologia em suas vidas, adota esses relatos das próprias agricultoras como recurso metodológico. Afirma a autora:

Os relatos orais como narrativas das trajetórias de vida poderiam ser o instrumental adequado para este estudo, uma vez que não me interessavam apenas os processos históricos culturais que levaram as mulheres a atuar no âmbito da agroecologia; mas, sobretudo, a apreensão dos significado atribuídos por elas mesmas a esses processos, e as suas próprias vivências de autoconstrução enquanto sujeitos políticos. A intenção é mostrar as reflexões dessas mulheres sobre o seu estar-no-mundo, re-elaboradas por elas mesma nos seus sonhos, desejos, ambições, medos, alegrias, enfim, nos seus esforços de serem sujeitos das suas próprias vidas (SILIPRANDI, 2010, p. 23).

Compreende-se, portanto, a importância dessa participação das mulheres nos processos decisórios da comunidade, tendo em vista que há, no bojo de nossa sociedade, um estranhamento quando a mulher toma a palavra e fala sobre o que acontece na propriedade, ou seja, fala sobre produção.

Segundo Woortamann (1992), a classificação do espaço natural é também uma classificação de espaços sociais e de domínios pertinentes a cada gênero. Espaços que podem ser de ajuda recíproca, onde a ajuda de um viabiliza o trabalho de outro. No entanto, a mulher sempre deve estar disponível, ao contrário do homem, que tem bem delimitado seu espaço e não necessita interromper suas atividades para realizar outras. Isso demonstra a relação hierárquica que existe na divisão do trabalho, na qual trabalho de mulher não é considerado como tal porque não se converte em valor financeiro.

2.2 CATEGORIA GÊNERO

Para muitos dos campos das ciências humanas e sociais, a categoria de gênero assume direções diversas dependendo do contexto histórico, mas em certa medida carrega a referência à construção social das diferenças sexuais.

A historiadora estadunidense Joan Scott (1989) assinala que o “gênero” parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”.

O que se pretendia era trazer à tona a necessidade de estabelecer essa relação equacional dos sexos nos estudos que envolvessem a História, compreendendo que “o objetivo é entender a importância dos sexos dos grupos de gênero no passado histórico” (SCOTT, 1989, p. 3).

Ao discorrer sobre gênero, compreende-se um mundo fundado, de um lado, no caráter biológico do ser e, de outro, nos processos históricos, culturais, ideológicos e sociais. Esse dilema é questionado pela filósofa norte-americana Judith Butler, afirmando que está longe de ser consensual o entendimento sobre sexo e gênero.

Nesse sentido, o gênero possui uma função analítica semelhante àquela de classe social: ambas as categorias atravessam as sociedades históricas e trazem à luz os conflitos entre homens e mulheres, definindo formas de representar a realidade social e intervir nela (SCOTT, 1989, p. 3).

O diálogo de ideias entre as historiadoras Butler e Scott, propõe-se em discutir a priori a relação sexo ligado a natureza e gênero a cultura. Desconstruir essa dicotomia está sendo tarefa árdua entre os pesquisadores dos estudos de gênero há

tempos. A exemplo disso estão as historiadoras, que tentaram desconstruir essa dicotomia entre um sexo/natureza e um gênero/cultura em seus clássicos artigos: A primeira em “Gênero: uma categoria útil de análise histórica (1995), publicado originalmente em 1986. Pouco depois, em 1990, Judith Butler opera de forma similar em Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”

Sobre a categoria gênero discutida por Joan Scott, a autora sinaliza que “as preocupações teóricas relativas ao gênero como categoria de análise só apareceram no final do século XX. Elas estão ausentes na maior parte das teorias sociais formuladas desde o século XVIII até o começo do século XX” (SCOTT, 1989, p. 19).

Em termos conceituais Joan Scott (1989) define gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”.

As contribuições de Joan Scott, apontam gênero como uma organização social, construída sobre a percepção das diferenças sexuais imbricadas a relações desiguais de poder. Joan Scott (1994) ao escrever o Prefácio de “A Gender and Politics of History” afirma que gênero consiste “no saber a respeito das diferenças sexuais. Uso saber, seguindo Michel Foucault, com o significado de compreensão produzida pelas culturas e sociedades sobre as relações humanas, no caso, relações entre homens e mulheres” (SCOTT, 1994, p. 12).

A construção conceitual que Joan Scott elaborou ainda exerce muita influência sobre os trabalhos que vem sendo desenvolvidos sobre as relações entre homens e mulheres na sociedade, em diversos dos seus setores e, no Brasil, pesquisadoras como Joana Maria Pedro (2003, p.15) reforçam a perspectiva pontuada quando afirmam que “as diferenças que se constatavam nos comportamentos de homens e mulheres não eram dependentes do ‘sexo’ como questão biológica, mas sim eram definidos pelo ‘gênero’ e, portanto ligadas à cultura”. O conceito de gênero como culturalmente construído, distinto do de sexo, como naturalmente adquirido, formaram o par sobre o qual as teorias feministas inicialmente se basearam para defender perspectivas “desnaturalizadoras” sob as quais se dava, no senso comum, a associação do feminino com fragilidade ou submissão, e que até hoje servem para justificar preconceitos.

A divisão sexo/ gênero funciona como uma espécie de pilar fundacional da política feminista e parte da ideia de que o sexo é natural e o gênero é socialmente construído. Judith Butler no livro Problemas de Gênero historiciza o corpo e o sexo,

dissolvendo a dicotomia sexo versus gênero, que fornece às feministas possibilidades limitadas de problematização da “natureza biológica” de homens e de mulheres. Para Butler, em nossa sociedade estamos diante de uma “ordem compulsória” que exige a coerência total entre um sexo, um gênero e um desejo/prática que são obrigatoriamente heterossexuais. Para dar um fim a essa lógica que tende à reprodução, Butler destaca a necessidade de subverter a ordem compulsória, desmontando a obrigatoriedade entre sexo, gênero e desejo.

Assim, para a filósofa, o conceito de gênero cabe à legitimação dessa ordem, na medida em que seria um instrumento expresso principalmente pela cultura e pelo discurso que inscreve o sexo e as diferenças sexuais fora do campo do social, isto é, o gênero aprisiona o sexo em uma natureza inalcançável à nossa crítica e desconstrução.

O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num significado previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que gênero não está para a cultura como sexo para natureza; ele também é meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior a cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (BUTLER, 2010, p. 25).

Essas discussões levam-me a refletir que o uso da categoria gênero configura-se como um avanço nas discussões que se estabeleciam sobre as diferenças entre os sexos. Nesse avanço não bastavam se constatar as diferenças sexuais, era imprescindível considerar como elas foram construídas social e culturalmente.

Após esse interlace de conceitos entre Beauvoir, Joan Scott e Joana Pedro penso que quando as autoras categorizam gênero afirmam a construção social das diferenças sexuais na sociedade como elemento fundante das relações de poder. A categoria de gênero como elemento fundamental para pensar as relações de poder na sociedade torna microscópica a possibilidade de visualizar a vida cotidiana de um ponto de vista possível para as ciências humanas e sociais, na medida em que traz para a esfera do privado o que poderia ser percebido, sem a categoria, apenas do ponto de vista macrossocial.

2.3 GÊNERO E NATUREZA

A operatividade da categoria de gênero como elemento fundante das próprias relações sociais pode ser percebida pela construção social das mulheres para com outras mulheres, das mulheres para com a natureza (dilema cultura/natureza).

Sobre a dicotomia cultura/natureza, Sherry Ortner (1979) publicou um artigo no qual sintetizava questões da época na seguinte pergunta: “está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?” Ao levantar essa discussão, a autora apresenta elementos que fazem refletir sobre a ideia de que a mulher está mais ligada a natureza do que os homens e outrora os homens tem uma maior proximidade com questões culturais. Para explicar sobre a temática a autora traz à tona alguns elementos que reforçam a ideia da universalidade da subordinação da mulher, tais como:

(1) o corpo da mulher e suas funções, na maior parte do tempo mais envolvidos com espécies de vida, parecem colocá-la mais próxima à natureza em contraste com a fisiologia masculina que o liberta mais completamente para assumir os esquemas da cultura: (2) o corpo feminino e suas funções coloca-a em papéis sociais, que por sua vez são considerados como sendo mais inferior aos dos homens no processo cultural: (3) os papéis sociais tradicionais femininos, impostos por seu corpo e suas funções, lhe dão, por sua vez, uma estrutura psíquica diferente, que como sua natureza fisiológica e seus papéis sociais é vista mais aproximada na natureza (ORTNER, 1999, p. 102-103).

Essas discussões demonstram um discurso no senso comum que se alterou pouco ao longo do tempo, isto é, mesmo que com outra configuração apresentam-se na sociedade atual com as mesmas premissas de proximidade mulher e natureza. Em níveis mais teóricos a autora repassa ao texto a ideia que se tem dessa relação do seguinte modo:

As mulheres são consideradas simplesmente como estando mais próximas da natureza do que os homens, isto é, a cultura (ainda assim equacionada relativamente sem ambiguidade pelos homens), reconhece que as mulheres são participantes ativas em seus processos especiais, mas ao mesmo tempo as considera como sendo mais enraizadas ou tendo mais afinidade mais direta com a natureza (ORTNER, 1999, p. 108).

Essa relação da mulher com a natureza, tem se apresentado um tanto quanto conflituosa para o pensamento e a ação feminista, devido a chamada “naturalização” do papel da mulher na história patriarcal. Gabriela Rodriguez (1992) considera que “o lugar das mulheres ligado à Natureza numa perspectiva biologizante reforça seu papel no mundo privado e seu destino na maternidade, esta ideia tem sido criticada nas

reflexões feministas, que mostram sua rejeição a essa ligação”. Em contrapartida, o que vem se apresentando como uma nova reflexão e aproximação ao conceito de ecofeminismo³ têm nos levado a explorar caminhos inéditos na relação natureza/cultura, como por exemplo, a relação de opressão, a mesma que as mulheres sofrem em relação ao sistema patriarcal (RODRIGUEZ, 1992, p. 8).

As considerações sobre a dicotomia feminino/masculino consistem em uma construção da cultura e não um fato da natureza, em outras palavras, as construções e diferenciações das questões de gênero, e essa subordinação da mulher, nada mais são do que construções de uma própria humanidade, podendo, portanto sofrer alterações ao longo da história ocidental cristã.

Na compreensão de Ortner “A mulher não está na realidade mais próxima (ou mais distante) da natureza do que o homem, ambos têm consciência e ambos são mortais” (ORTNER, 1999, p. 118). Ainda que a discussão teórica sobre gênero tenha avançado, percebe-se uma sociedade que manifesta em suas relações sociais uma subordinação da mulher em relação ao homem. Essa subordinação interfere na conceituação abordada pela autora, sobre a interface mulher/natureza e homem/cultura.

O que se evidenciou-se nas duas últimas décadas foi o distanciamento das mulheres da “natureza” para justamente “alcançar a cultura”, abandonando a secular e patriarcal “naturalização” do seu papel na sociedade, foi movimento histórico fundamental para aceder e ampliar sua caminhada e emancipação” (RODRIGUEZ, 1992, p. 3).

Na experiência do movimento feminista brasileiro, há enorme presença das mulheres organizadas em diversas lutas locais e territoriais de resistência a barragens, a privatização da água, ao uso indiscriminado de agrotóxicos ou sementes transgênicas, ao banimento de usinas nucleares, ou pelo contrário, através da agroecologia e da agricultura familiar, da economia solidaria, do extrativismo local e da proteção dos bosques, florestas etc... Como afirmação da construção de

³ O termo ecofeminismo passou a ser utilizado na década de 1970 e surgiu dos diversos movimentos sociais engendrados pelas mulheres na defesa de seus direitos enquanto mulheres e na defesa do meio ambiente. Conforme Shiva e Mies (1997), mesmo que o termo tenha sido utilizado pela primeira vez por Françoise d'Eaurbonne, em 1974, só ganhou o campo mesmo com as lutas das mulheres frente aos desastres ecológicos e contra o avanço das usinas nucleares nos Estados Unidos e o movimento Chipko na Índia (BONI, 2012).

alternativas populares e sustentáveis, são mostra de lutas novas, que o cuidado cotidiano da vida foi impondo às mulheres (RODRIGUEZ, 1992, p. 4)

Corroborando com a discussão a Historiadora Carolyn Merchant (1936), retoma os categorias de análise de Donald Worster (2003) em “Transformações da Terra” e considera que o campo da história ambiental carece de uma análise de gênero. A perspectiva de gênero pode ser acrescentada em seu quadro conceitual de duas maneiras diferentes, referindo-se aos níveis que a História Ambiental opera:

O primeiro envolve a descoberta da estrutura e distribuição dos ambientes naturais do passado. Antes que se possa escrever sobre a história ambiental, deve-se primeiro entender a própria natureza – especificamente como a natureza estava organizada e funcionava nos tempos passados (WORSTER, 2003, p. 4).

Para o segundo nível da história ambiental é mais diretamente de responsabilidade do historiador e de outros estudiosos da sociedade, pois se concentra na tecnologia produtiva, na medida em que esta interage com o meio ambiente (WORSTER, 2003, p. 4).

Finalmente, formando um terceiro nível para o historiador ambiental está aquele tipo de encontro mais intangível, puramente mental, em que as percepções, ideologias, ética, leis e mitos tornaram-se parte de um diálogo de indivíduos e de grupos com a natureza (WORSTER, 2003, p. 4).

Em seu artigo “Gender and Environmental History” (1990) Merchant pondera que as mulheres e homens sempre tiveram papéis diferentes na produção relativa de um ambiente. Em modos de produção de substâncias, como os de pessoas nativas, o impacto das mulheres na natureza é imediato e direto. Considera que “cada uma das suas três categorias pode ser mais iluminada através de uma análise de gênero, e que é consensual que a história ambiental precisa de um quarto nível analítico, o da reprodução, que interage com os outros três níveis” (MERCHANT, 1990, p. 1).

Em um comparativo de diferentes tempos históricos e sobre a óptica da História Ambiental, Merchant (1990) considera que na economia agrária da colônia e fronteira América, a produção ao ar livre das mulheres, como a dos homens, tiveram um impacto ambiental imediato. Enquanto o trabalho dos homens no corte de madeira, campos de plantação e fertilização e caça ou pesca afetam a maior herdade ambiental, as atividades diárias femininas, como o desagrupamento de aves de curral,

jardins de vegetais, flores e ervas afetam a qualidade do solo, a água e os insetos, alterando os efeitos do microambiente na saúde humana.

Já no século XIX, como a agricultura tornou-se mais especializada e orientada para o mercado, homens assumiram a produção leiteira, a avicultura e a agricultura em grande escala, resultando num declínio na produção ao ar livre das mulheres. Embora as contribuições femininas tradicionais para a economia da fazenda tenham continuado em várias áreas rurais, algumas mulheres continuaram a ajudar na fazenda, bem como nos serviços domésticos (MERCHANT, 1990).

Pesquisar o cotidiano das mulheres camponesas, exige muito mais uma análise crítica, do que um mero descritivo de atividades desenvolvidas neste cenário. Para tanto, utilizo-me dos estudos da historiadora francesa Michelle Perrot (1928), que é uma das pioneiras do movimento de historiadoras que dão as mulheres e aos homens a dimensão da ação das mulheres no passado.

Em seu livro “Minha História das Mulheres” (2012), quando destina um capítulo para o trabalho das mulheres, destaca que “por muito tempo, as mulheres foram camponesas, ligadas a trabalhos rurais; no período que precede a Segunda Guerra Mundial, na França, era essa a condição de quase a metade das mulheres” (PERROT, 2012, p. 109-110). Atualmente, essas mulheres camponesas são ainda a maioria, principalmente na África, Ásia e América Latina, o que evidencia ainda mais a importância de discutir as lutas das camponesas brasileiras.

As camponesas de Jesuíno Marcondes, aquelas que fizeram parte da pesquisa compreendem a importância das atividades realizadas no campo, entretanto o que se evidencia na prática são atividades voltadas a uma pluriatividade do que ao cultivo de alimentos.

Refazendo a história dessas camponesas, Perrot (2012, p. 111), nos afirma que “A velha camponesa é uma mulher recurvada. Elas cuidavam do rebanho, das vacas, que vigiavam e ordenhavam, das cabras, cujo leite servia para fabricação artesanal de queijo, que também era serviço delas.” além dessas atividades, a mulher camponesa se ocupava também de vestir, alimentar os seus, e se possível trazer suplemento na renda (PERROT, 2012, p. 111).

Essa realidade, aparentemente imóvel, teve vários avanços, principalmente mudanças na vida do camponês e das mulheres. Dentre essas mudanças destaca-se o êxodo rural. Na busca por oportunidades melhores, inúmeras camponesas mudaram para cidade, e a partir disso, iniciaram atividades em outros segmentos,

principalmente no cerne da revolução industrial, fato este que foi primordial para as transformações no espaço rural.

A autora questiona esse movimento alegando que

no século XX muitos camponeses têm dificuldade em encontrar mulheres para casar e o celibato masculino aumenta cada vez mais. Para que as mulheres permaneçam no campo, será preciso que as propriedades rurais se tornem mais confortáveis e que a família deixe de ser patriarcal (PERROT, 2012, p. 114).

Além de todas essas transformações no mundo rural, torna-se impossível não citar a condição da mulher camponesa, e não relembrar as conquistas obtidas pelos movimentos sociais constituídos por elas. Nesse sentido, Patrícia Lovatto discorre sobre as conquistas de direitos sociais dessas mulheres:

Quanto à condição da mulher rural e seu acesso aos direitos sociais, é possível considerar que houve expressivas mudanças na perspectiva de sentir-se primeiramente sujeito de um processo de participação e inclusão social. O acesso aos benefícios da aposentada e salário maternidade proporcionou além de direito social, a possibilidade de autonomia financeira para as mulheres beneficiadas (LOVATTO, 2010, p. 202).

Sobre essas relações, a autora verifica que “no campo da produção, a mulher tem sido precursora dentro da unidade familiar, assumindo os desafios de começar algo novo, ao mesmo tempo em que desafia a agricultura convencional ao colocar em prática saberes adquirido” (LOVATTO, 2010, p. 191).

Essas mulheres refazem a própria história e a história dos movimentos de transformação no cenário agrícola, ao mesmo tempo em que vão se construindo pessoalmente como novos sujeitos, re-configurando as relações pessoais e familiares, e modificando as formas de trabalho no campo.

Apesar das constantes transformações que vem ocorrendo em meio a sociedade, que tem trazido mudanças na dinâmica dos papéis sociais, há espaços, e entre eles o rural, onde as condições das mulheres ainda expressam grandes desvantagens em relação aos homens, com desigualdades de gênero, naturalizadas e estruturadas sobre a condição de relações de poder e submissão para as mulheres nas bases sociais e econômicas.

2.4 CONTEXTUALIZANDO O MOVIMENTO DAS MULHERES AGRICULTORAS NA REGIÃO SUL DO BRASIL

Aceno como referência fundamental para esse subítem, as contribuições da Cientista Política, Maria Ignez Paulilo⁴, em seus diversos estudos publicados com o foco e escopo central para as mulheres agricultoras.

Há que se pensar as mulheres agricultoras a partir de seus diversos movimentos que levaram a um avanço tanto do reconhecimento dessas mulheres enquanto agricultoras quanto da categoria trabalho, visto agora com mais importância na sociedade de forma ampla.

O MMA (Movimento das Mulheres Agrícolas) foi organizado no início da década de 1980, na cidade de Chapecó, oeste de Santa Catarina, sob a influência das Comunidades Eclesiais de Base, ligado à Igreja Católica. Primeiro objetivo era organizar os agricultores para "tomar" direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Chapecó, uma meta que foi alcançada em 1982. No centro deste movimento, o problema da falta de participação de mulheres rurais foi considerado (PAULILO, 2003, p. 6) (tradução da autora).

O movimento ganha destaque no cenário Catarinense quando em 1984, justamente no dia Internacional da Mulher mais de 500 mulheres saem as ruas participar de uma manifestação pública na cidade e Chapecó:

Nos dois anos seguintes o fato se repetiu congregando 2 mil e 3 mil mulheres. A feição pública do movimento já estava clara e sua visibilidade tornou-se ainda maior quando a única deputada eleita em 1986 em Santa Catarina, Luci Chinaski, era uma agricultora dessa região. Em 1991, houve a campanha "Declare sua profissão" por ocasião do recenseamento, quando as mulheres foram instadas a se identificar como "produtoras rurais" e não mais "do lar", como era o costume (PAULILO, 2003, p. 6).

Essas mulheres passaram a ser consideradas produtoras rurais, com direito a assistência em caso de acidentes, aposentadorias, salário maternidade. A constituição de 88, tida como cidadã, regulamentou diversos direitos anteriormente negados a essas mulheres. Importante observar que se por um lado a categoria trabalho ganha destaque, as questões de gênero não ganham espaço na constituição, o que desfavorece a criação de programas específicos para igualdade de gêneros e um retrocesso no que tange as políticas públicas por igualdade de gêneros.

Concomitante com o movimento em Santa Catarina, surge na mesma época no Rio Grande do Sul, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), com

⁴ Professora Titular da Universidade Federal de Santa Catarina, pesquisadora CNPq.

as mesmas características do movimento de Santa Catarina, mas com questões pontuais destacadas por Paulilo (2003 , p. 7):

As preocupações iniciais do MMTR foram relacionadas “[...] para a saúde das mulheres, licença maternidade implementação de benefícios previdenciários já executados para trabalhadoras urbanas e outros benefícios de aposentadoria das trabalhadoras urbanas já seguradas e reconhecer o trabalho das mulheres rurais e integração individual em sindicatos e cooperativas”. Se os primeiros objetivos eram semelhantes, as mudanças de rumo também foram [...], por que uma vez firmemente enraizado em uma análise que destaca o lugar da classe trabalhadora na estrutura econômica capitalista, o MMTR vem trabalhando com mais ênfase os aspectos culturais e sociais das diferenças referentes a gênero no Brasil (tradução da autora).

Ganha destaque nesse momento a luta dessas mulheres não somente pelo reconhecimento da categoria trabalho, mas também de sua participação política e poder decisório. Na difícil questão de classe e gênero, retomemos a teoria da feminista Joan Scott (1988) que aponta que devemos sair desse caminho objetivista, ou seja, de tornarmos classe e gênero como “coisas”, e não sermos capazes de perceber as dificuldades de teorizar sobre o que significa ser uma mulher e trabalhadora. Necessitamos levar em conta que classe e gênero são construções, representações. E deste modo, historicamente, as mulheres sempre fizeram parte da classe trabalhadora e, portanto, gênero e classe, tomados como um fenômeno natural, possam caminhar juntos na história das idéias, e, o que de fato se apresenta, é uma exclusão dessas duas representações e a fracassada ideia de subordinação da mulher no mundo do trabalho (PAULILO, 2003).

O que de fato pode-se destacar deste movimento é a força e representatividade sindical em Chapecó, uma vez que até o início dos anos 80 eram poucas as mulheres rurais associadas a sindicatos da categoria. Destas associadas, muitas eram viúvas, as casadas, na sua maioria, eram tidas como dependentes do marido, enquanto as solteiras eram dependentes do pai. Poucas insistiam em se associar, sendo que os sindicatos não incentivavam a filiação das mulheres. Elas não eram consideradas agricultoras, eram “esposas de agricultor” (BONI, 2012).

Esse movimento,⁵ consistiu no principal movimento de mulheres agricultoras da região sul, segundo Paulilo (2003), o MMA é uma organização criada em Santa

⁵ Uma vez conquistada a direção do STR de Chapecó em 1982, foi promovida uma campanha para a sindicalização da mulher. Logo depois foram feitas campanhas também pela documentação, ou seja, as mulheres foram incentivadas a requerer carteira de identidade, título de eleitora, CPF e a também insistir para que seu nome constasse no bloco de produtor, documento que registra as transações comerciais da propriedade. Isso fazia com que a mulher fosse reconhecida enquanto trabalhadora rural,

Catarina mas as questões com que trabalha ultrapassam as fronteiras estaduais, estando presente em quatro outros estados: Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo, e tem grande semelhança com o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) existente no Rio Grande do Sul e que também surgiu na década de 80.

O Paraná não apresentou um movimento de mulheres rurais que tivesse tido destaque no cenário da região sul, somado a isso o pouco investimento a assistência técnica rural especializada, favoreceu a um desenho de políticas que pouco se preocuparam com questões de gênero.

Entretanto, em estudo feito na região sudoeste paranaense, a pesquisadora Roselí Alves dos Santos, considera que nesta região do Paraná

a organização das mulheres agricultoras não ocorre a partir da especificidade de ser mulher, mas como agricultora em defesa dos direitos da agricultura familiar. Isso ocorre pelo próprio contexto territorial na qual estas se inserem. Embora o Movimento Popular de Mulheres no Brasil no período pós década de 1970 represente a luta das mulheres em base feministas contra a ditadura militar, no sudoeste do Paraná este se institui muito próximo a Igreja, revelando ao longo do seu processo a limitação desta atuação. Assim, a primeira forma de institucionalização de um movimento popular de mulheres no sudoeste do Paraná reflete a organização socioterritorial, sendo um movimento que nasce da organização da Igreja Católica, baseada em um processo de reflexão do papel da mulher na defesa da família, embora diferentes temáticas envolvendo a condição da mulher fossem trabalhadas sob diversos aspectos como: mulher e sociedade, mulher e bíblia, mulher e sindicato etc.

A participação das mulheres em espaços sindicais no paraná deu-se de forma bastante discreta. Entretanto, na região pesquisada, a participação de mulheres agricultoras em sindicatos é pequena. Mais especificamente, na comunidade estuda, não existe um Movimento articulado de mulheres agricultoras, nem tampouco um encontro somente de mulheres, as participações são mistas e a participação ocorre na A.M.A., junto com homens. Ainda no que refere-se a ações extensão rural, não existe um grupo destinado a igualdade de gênero nessa região.

A visibilidade das mulheres agricultoras tem se ampliado a partir do feminismo e dos movimentos sociais existentes no Brasil, incluindo-se aqueles poucos existentes Paraná. Entretanto, ainda existe a necessidade de desmistificar as relações de gênero

garantindo seus direitos à aposentadoria, a salário maternidade e auxílio doença, direitos já garantidos às trabalhadoras 37 urbanas. Em 1983 o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) é criado definitivamente (BONI, 2012, p. 29).

como um instrumento válido para repensar as relações, esclarecer e desconstruir a naturalização das diferenças entre masculino e feminino e, deste modo, construir a relação do feminismo com nos diversos espaços do público e do privado (BURG, 2005).

Falar ou pensar em feminismo significa muito mais do que falar de um movimento organizado, ou de dividir o feminismo em ondas. Analisar essas mudanças é muito importante, mas significa também olhar o feminismo através das relações de gênero que permearam a vida das mulheres, seu trabalho, sua participação no âmbito público e privado, durante séculos de história. Essas articulações de diversos movimentos que tem a mulher como protagonista também abarcam discussões do rural brasileiro. O movimento dessas mulheres sempre buscou a superação de uma cultura muito mais patriarcal do que se visualizava nos centros urbanos. Ainda hoje, carecemos de inúmeros grupos, sejam eles associações de mulheres trabalhadoras rurais, não limitando em definições, sejam elas agricultoras familiares, camponesas, trabalhadoras rurais.

3 O TRABALHO DA MULHER CAMPONESA NA AGRICULTURA FAMILIAR

3.1 O CENÁRIO DA AGRICULTURA FAMILIAR

A legislação brasileira, estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, no seu artigo 3º, que considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II-utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006).

Diversas produções acadêmicas apontam a relevância da agricultura familiar na organização e na estruturação do espaço agrário no Brasil. Em estudo feito na região sul, pelo Engenheiro Agrônomo Gilson Bittencourt e Valter Bianchini (1996), adotam a definição que, agricultor familiar é todo aquele (a) agricultor (a) que tem na agricultura sua principal fonte de renda, ou seja, mais de (+ 80%) e que a base da força de trabalho utilizada no estabelecimento seja desenvolvida por membros da família. É permitido o emprego de terceiros temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar. Em caso de contratação de força de trabalho permanente externo à família, a mão-de-obra familiar deve ser igual ou superior a 75% do total utilizado no estabelecimento.

Em uma definição mais genérica, o Ministério do Desenvolvimento Social brasileiro, considera que a

agricultura familiar é uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho; são os agricultores familiares que dirigem o processo produtivo, dando ênfase na diversificação e utilizando o trabalho familiar, eventualmente complementado pelo trabalho assalariado (BRASIL, 2014).

Segundo Gilson Bitencourt e o Economista Alberto Di Sabbato (2000):

A agricultura familiar pode ser definida a partir de três características centrais: a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitas

pelos indivíduos que mantêm entre eles laços de sangue ou de casamento; a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza a sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva. Caracterizando assim os agricultores familiares a partir de suas relações sociais de produção superando a tendência de associar este segmento equivocadamente à pequena produção (BITTENCOURT; SABBATO, 2000).

Na concepção de Delma Pessanha Neves (2006) o termo agricultura familiar, como categoria, surge através de alguns representantes de movimentos sociais, políticos e trabalhadores rurais. Tal definição foi metodologicamente adotada para eliminar divergências que surgiam em torno do tema. A autora considera que

o termo político, agricultor familiar [...] pressupõe a superação do insultamento político e cultural e da precariedade material dos camponeses, dos pequenos produtores, dos arrendatários, dos parceiros, dos colonos, dos meeiros, dos assentados rurais e dos sem-terra (NEVES, 2006, p. 3).

Debates como este ainda não foram superados e rendem ainda hoje divergências teóricas e políticas.

No caso brasileiro, a agricultura familiar ganha notoriedade em meados dos anos 90, quando é finalmente reconhecida como setor estratégico para a manutenção e recuperação do emprego, para redistribuição da renda, para a garantia da soberania alimentar do país e para a construção do desenvolvimento sustentável (BITTENCOURT; SABBATO, 2000).

Há que se pensar nos diversos desafios para o avanço da agricultura familiar, diante disso, três eixos⁶ merecem destaque, o primeiro diz respeito a decisão da ONU (Organização das Nações Unidas) em declarar 2014 o ano Internacional da Agricultura Familiar, reconhecendo a importância desta atividade para inclusão produtiva e para segurança alimentar em todo o mundo. O segundo diz respeito a ampliação da agricultura familiar, através de políticas públicas integradas entre si, gerando uma maior visibilidade da agricultura familiar. Importante destacar que o Brasil é referência mundial na produção de alimentos advindos da agricultura familiar. E por fim, o terceiro, uma maior mobilização para ampliação de programas como PAA e PNAE, que atualmente figuram como desafios para este segmento. Esses desafios

⁶ Discussão apresentada no Seminário: Contexto atual, novos desafios e perspectivas para a agricultura familiar em Santa Catarina, UFSC, 2014, pelo Engenheiro Agrônomo Valter Bianchini.

são somados aos desafios de valorização dos diversos atores que representam a agricultura familiar atualmente.

O grande debate que emerge entre intelectuais sobre o rural, constitui-se em diferentes concepções teóricas sobre o desenvolvimento do capitalismo no campo, dentre elas se destacam dois paradigmas a saber: o do capitalismo agrário e o da questão agrária⁷. Compreende-se paradigma como um conjunto de pensamentos, teorias e teses que procuram explicar a realidade.

Os conceitos de agricultor familiar e de camponês são concebidos pelos dois paradigmas de forma distinta. Para o paradigma do capitalismo agrário a diferença entre eles está em dois aspectos: a) o camponês é sinônimo de atraso, é resquício do feudalismo, da barbárie e, por isso, tende a desaparecer com o avanço do capitalismo se transformando em agricultor familiar; b) o agricultor familiar é importante e necessário, pois, de alguma forma, ele faz parte do agronegócio.

Na concepção do filósofo Munir Jorge Felício:

Os teóricos do paradigma do capitalismo agrário acreditam que o único futuro para o campesinato está na metamorfose do camponês em agricultor familiar. Ou seja, como é inevitável a tendência ao desaparecimento do campesinato, a única possibilidade de sobrevivência do camponês consiste na sua transformação em agricultor familiar, inserindo-o plenamente no mercado, racionalizando ao máximo a sua produção (FELÍCIO, 2006, p. 211).

Para esse paradigma, o futuro do campo terá três opções: a inserção do camponês ao mercado, a pluriatividade ou então, políticas compensatórias. Nesse sentido, o geógrafo Bernardo Mançano Fernandes, considera que o empasse para o camponês consiste em duas alternativas, ou ele se metamorfoseia em agricultor familiar e se integra ou se mantém como ele mesmo e se desintegra. Nestes termos não há outra alternativa, porque não há perspectiva desse sujeito continuar sendo camponês. Nas palavras do autor: o camponês é tido como um estorvo para os que veem sua desintegração, “considerando que do campesinato podem surgir o capitalista e o proletário. Igualmente é visto como um estorvo para os que veem sua integração, porque o camponês desenvolve, também, a luta contra o capital” (FERNANDES, 2000, p. 5).

De fato, esta questão atinge diretamente o cerne desta pesquisa, compreendendo que consiste em um trabalho que volta-se a mulher camponesa, seu

⁷ Os camponeses, os agricultores familiares: paradigmas em questão (FELÍCIO, 2006).

trabalho, suas atividades, suas formas de sobrevivência e subsistência rural brasileiro. As agricultoras de Jesuíno Marcondes são apenas um recorte conjuntural da realidade que se apresenta em grande parte do país. O que se evidencia de fato, é um caminhar das políticas públicas brasileiras na lógica da produção, em outras palavras, a lógica consiste em transformar o camponês em um pequeno “agricultor familiar” mas na lógica do agronegócio dentro do capitalismo. Assumindo de fato essa característica, as políticas públicas para agricultura familiar correm um grande risco de não atingir seu objetivo de empoderamento desses agricultores, e de fracassar nas metas sobre a igualdade de gêneros no rural brasileiro.

A agricultura familiar sempre integrou no mesmo espaço, a organização das atividades diretamente ligadas aos cuidados com a reprodução e com as atividades voltadas para produzir bens agrícolas e não-agrícolas. É notável, a carência de uma política pública que ampare as suas práticas com crédito, com assistência técnica e com capacitação, de forma suficiente e adequada às suas demandas e necessidades. Além dessas carências, as políticas públicas de igualdade de gênero para o rural apresentam-se de forma dissolvida em diversos outros programas do governo federal.

Nessa dualidade de pensamentos, destacamos o paradigma da questão agrária, que afirma que o desenvolvimento do capitalismo no campo levará ao inevitável desaparecimento do campesinato via territorialização do capital.

O paradigma da questão agrária⁸ defende:

A hipótese de que a luta pela terra e pela reforma agrária é a forma privilegiada da criação e recriação do campesinato (...) esse paradigma entende que a luta pela terra e pela reforma agrária é a forma privilegiada da criação e recriação do camponês. O camponês é aquele que luta pela terra. Sem a luta o camponês deixa de existir (FELÍCIO, 2006, p. 209).

Ainda em termos conceituais, Lamarche (1998), define o campesinato ou a agricultura de subsistência, pela forte predominância das lógicas familiares e uma fraca dependência em relação ao exterior. Composto por estabelecimentos que produzem pouco e utilizam técnicas bastante tradicionais, o objetivo primeiro é o de satisfazer as necessidades familiares. Em termos gerais, podemos afirmar que o

⁸ Dentre as obras consultadas por quem defende esse paradigma, estão, entre outras, os escritos de Shanin (1983) e Chayanov (1974) pelas contribuições que trazem na compreensão do desenvolvimento da agricultura no capitalismo e também as produções científicas de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1986, 1988, 1991, 2004) e Bernardo Mançano Fernandes (1996, 1999, 2000, 2001) por desenvolverem compreensões utilizando o conceito de território como síntese contraditória, como efeito material da luta de classes (FELÍCIO, 2006, p. 209).

campesinato, como categoria analítica e histórica, é constituído por poliprodutores, integrados ao jogo de forças sociais do mundo contemporâneo.

Nas contribuições da professora Maria de Nazareth Baudel Wanderley (2001) se trata de uma categoria de agricultores na qual a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção – sobretudo da terra – assume o trabalho no estabelecimento produtivo. No Brasil, como em outras partes do mundo, esta é uma categoria genérica, dentro da qual a propriedade e o trabalho se combinam, no tempo e no espaço, assumindo uma grande diversidade de formas sociais.

Ao tratarmos das atividades para consumo próprio ou de base familiar, um estudo feito pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2006) nos aponta que na Argentina, a situação das mulheres rurais do setor dos pequenos produtores é de que elas cumprem uma jornada de trabalho média de 16 horas de trabalho produtivo, reprodutivo e doméstico.

Esse fato pode ser observado em outros países do Mercosul, como por exemplo, o Brasil, onde se percebe que as mulheres em âmbito rural, trabalham, mas não recebem remuneração (BRASIL, 2006). A forte presença feminina na ocupação rural está concentrada no trabalho não remunerado e no autoconsumo. Embora trabalhem na produção direta as mulheres não são, em sua maioria, reconhecidas como produtoras e sua tarefa é considerada “auxiliar”. As longas horas de trabalho e a simultaneidade das tarefas produtivas e domésticas camuflam a efetiva produção trabalhista da mulher e seu valor econômico.

Nesse sentido, a manutenção e reprodução do grupo familiar, mesmo que apresentando novos arranjos no que se refere à organização da produção, está condicionada tanto por fatores internos das unidades produtivas quanto pelo contexto externo de configuração da sociedade em geral, que se refletem tanto na agricultura brasileira como na agricultura latino-americana. (BRUMER; PIÑEIRO, 2005).

A agricultura familiar aparece como um dos modelos desejáveis, muitas vezes, apresentado como o mais justo, tanto diante das desigualdades sociais e econômicas, quanto do ponto de vista socioambiental, mas especialmente pela capacidade que teria de responder à situação de crescente empobrecimento da população brasileira. Defendem esta posição vários movimentos sociais rurais, entre os quais, os movimentos de mulheres e setores do próprio governo.

Wanderley (2001) considera que o ponto de partida é o conceito de agricultura familiar, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é

proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. Coloca que a importância do caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente.

No Brasil atual, a agricultura familiar é responsável por 70% da alimentação que vai a mesa da população, isso não é diferente em outros países, ela também tem uma grande importância na alimentação da população do mundo. Diante desse contexto, a FAO declarou 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF), afirmando que esse incentivo está vinculado a segurança alimentar mundial, pois contribui para uma alimentação diversa e balanceada, utilizando dos recursos naturais de forma sustentável e impulsionando economias locais.

Nesse sentido é que compreende-se a importância de viabilizar o trabalho da mulher no campo, destacar a participação da mulher, não do ponto de vista da ajuda, e sim como sujeitos que contribuem, que produzem conhecimento, que vem alavancando a produção agrícola e que tem um papel significativo nesse processo organizativo.

3.2 SENTIDOS DO TRABALHO PARA AGRICULTORAS FAMILIARES

O Trabalho no Capitalismo Contemporâneo apresenta múltipla processualidade, de um lado desproletarização do trabalho industrial, e de outro: uma subproletarização intensificada. A desproletarização representa a diminuição da classe operária na indústria tradicional, ampliação de assalariamento no setor de serviços e a heterogeneização do trabalho que representa a crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário.

A subproletarização Intensificada é a expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, “terceirizado”, que marca a sociedade dual no capitalismo avançado e o mais brutal dessas transformações é a expansão sem precedentes na era moderna do desemprego estrutural.

Segundo Antunes (2000) esta transformação gera um processo contraditório, de um lado reduz o operariado industrial e fabril e de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços, incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há portanto um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora.

Paralelamente a essa tendência, há outra também extremamente significativa, dada pela subproletarização do trabalho, bem como a ausência de proteção e expressão sindicais, configurando uma tendência à individualização extrema da relação salarial. Essas categorias de trabalhadores têm em comum a precariedade do emprego e da remuneração; a desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e a conseqüente regressão dos direitos sociais.

Desse incremento da força de trabalho, um contingente expressivo é composto por mulheres, o que caracteriza outro traço marcante das transformações em curso no interior da classe trabalhadora. Esta não é “exclusivamente” masculina, mas convive, sim, com um enorme contingente de mulheres, não só em setores como o têxtil, onde tradicionalmente sempre foi expressiva a presença feminina, mas em novos ramos, como a indústria microeletrônica, sem falar do setor de serviços.

Essa mudança na estrutura produtiva e no mercado de trabalho possibilitou também a incorporação e o aumento da exploração parcial, em trabalhos “domésticos” subordinados ao capital. A presença feminina no mundo do trabalho nos permite acrescentar que, se a consciência de classe é uma articulação complexa, comportando identidades e heterogeneidades, entre singularidades que vivem uma situação particular no processo produtivo e na vida social na esfera da materialidade e da subjetividade, tanto a contradição entre o indivíduo e sua classe, quanta aquela que advém da relação entre classe e gênero tornou-se ainda mais agudas na era contemporânea.

A classe que vive do trabalho como denomina Ricardo Antunes (2000) é tanto masculina quanto feminina, e, portanto, também por isso, mais diversa, heterogênea e complexa. Desse modo, uma crítica do capital, enquanto relação social, deve necessariamente apreender a dimensão de exploração presente nas relações capital/trabalho e também aquelas opressivas presentes na relação homem/mulher, de modo que a luta pela constituição do gênero para si mesmo possibilite também a emancipação da mulher. Morin (2002) ressalta a contribuição do trabalho no desenvolvimento da sociedade, pois prioriza a organização, a prática de regras e deveres, bem como os valores morais, éticos e espirituais.

O trabalho também é responsável pela interação das pessoas, por criar relacionamentos satisfatórios, por meio de serviços prestados, trabalho em equipe, apoio para o desenvolvimento de projetos e tomadas de decisões, tanto em contatos com colegas de trabalho e supervisores, como clientes e fornecedores. O trabalho, por meio do salário, proporciona ao trabalhador

suprir suas necessidades básicas e, assim, gera um sentimento de segurança e autonomia, e cria um status ao indivíduo perante a sociedade. O trabalho apresenta-se também como forma de manter o indivíduo ocupado (MORIN, 2002 apud CATHARIN, 20012 p.4).

É neste sentido, o de que Morin nos coloca, que as agricultoras organizam e realizam seu trabalho na comunidade. Identificou-se, com base nos depoimentos, o trabalho como resultado da criação de objetos de valor. Assim sendo, o trabalho e o ser agricultora é visto como algo estruturante, que dá prazer, valoriza a vida, proporciona alegria, realização pessoal e bem-estar ao indivíduo e ao convívio com toda a comunidade. Em diversas falas, percebeu-se também a alegria de trabalhar com a terra.

3.3 CONHECENDO O TRABALHO PRODUTIVO DAS MULHERES EM JESUÍNO MARCONDES

Escrever sobre o trabalho das mulheres rurais da comunidade de Jesuíno Marcondes não significa tão somente traçar um perfil único e exclusivo dessas mulheres e suas atividades, mas compreende, acima de tudo, visualizar particularidades deste cenário que servem de suporte para compreender sobre a importância do trabalho dessas mulheres para a agricultura familiar brasileira.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), considera-se que as mulheres são as que mais contribuem para a garantia da segurança alimentar, sendo responsáveis pela produção de mais da metade dos cultivos do mundo. O mesmo estudo da FAO destaca que em algumas regiões, como no Subsaara da África e no Caribe, as mulheres respondem pelo cultivo de 60% a 80% dos gêneros alimentícios básicos (FAO, 2003).

Podemos entender que o trabalho é em grande medida qualificado e valorado em função de quem o executa, bem como em função da posição que os membros ocupam na hierarquia social. O trabalho “leve” não significa trabalho agradável ou pouco exigente em termos de esforço físico, assim, a divisão sexual do trabalho não pode ser interpretada só e nem apenas definida em função de uma racionalidade biológica, pois em grande medida ela é definida culturalmente (LARAIA, 1986).

Ainda que as atividades domésticas das agricultoras sejam percebidas pelos outros membros da família, como uma “ajuda”, “O trabalho realizado pelas mulheres

na agricultura familiar é parte de um sistema amplo de valores e representações sociais que tem no gênero uma de suas mais importantes ancoragens” (PORTELLA; SILVA; FERREIRA, 2004, p. 57).

A questão de entendimento sobre isso consiste na complementaridade e reciprocidade entre indivíduos, ou seja, a sociedade atual dita regras, atribuindo claramente o que é atribuído de mulheres e de homens, demarcando distintamente os mundos feminino e masculino.

O trabalho agrícola das mulheres é “ajuda” por que está fora de sua atribuição própria, que são atividades domésticas ou reprodutivas, mas, por realizar-se com frequência diária, associa-se e quase se confunde com estas. Na direção oposta, as atividades domésticas realizadas pelos homens são igualmente consideradas “ajuda” por afastarem-se de sua atribuição própria, que são atividades produtivas. Diferentemente das mulheres, no entanto, os homens só excepcionalmente realizam atividades domésticas, até porque, nas escalas locais de valores, o trabalho feminino vale menos, e é o trabalho masculino que ocupa o lugar de maior importância, devendo, portanto, ser preservado da possível desvalorização trazida pelo contato com o mundo do trabalho feminino (PORTELLA; SILVA; FERREIRA, 2004, p. 57).

Para tanto, isso é uma concepção que ainda não saiu do universo do senso comum, não atribuindo o valor econômico e a importância das atividades produtivas realizadas pelas mulheres na agricultura. Diante disso pode-se destacar que a porcentagem de mulheres responsáveis por atividades agropecuárias na América Latina e Caribe tem crescido nos últimos anos, embora suas terras tendam a ser menores, de menor qualidade e de terem menor acesso ao crédito, assistência técnica e capacitação, destaca a FAO. O Chile encabeça a lista dos países da América Latina e Caribe, com 30% de suas atividades agrícolas a cargo de mulheres, seguido pelo Panamá (29%), Equador (25%) e Haiti (25%) (FAO, 2010).

Muito embora ainda permaneça uma divisão de tarefas dentro da unidade produtiva, onde as atividades ditas mais pesadas e intermediações externas como por exemplo o plantio e a comercialização do fumo e a produção leiteira esteja a cargo dos homens, verificou-se na comunidade estudada que a mulher participa de atividades como arar a terra, capinar, lidar diretamente com bois, atividades estas, consideradas masculinas, que supostamente necessitam de um maior grau de esforço físico.

Na comunidade de Jesuíno Marcondes, a mulher parece ter controle sobre a biodiversidade do ambiente e, possui conhecimento sobre a importância da conservação da natureza. Sua atividade se desenvolve sobre uma exploração

agrícola familiar, no quadro de uma agricultura de casal, o que acaba favorecendo a confusão dos papéis sociais, profissionais e familiares e induz à concepção do papel da mulher na agricultura sendo definido muito mais como um modo de vida que como uma profissão.

Para o Engenheiro Agrônomo Valdir Stropasolas, o ser agricultora não se resume a exercer uma profissão na agricultura, mas “exige que se leve em conta outros parâmetros que interferem sobre a representação que as agricultoras constroem delas mesmas, pois ser agricultora é também ser esposa, mãe, mulher e rural” (STROPASOLAS, 2006, p. 152).

Dentre as principais atividades dessas camponesas, ganham destaque neste cenário, a produção de culturas agrícolas, criação de animais processamento e preparação de alimentos e inclui-se ainda o cuidar de membros da família e manter suas casas, além de estabelecer os vínculos comunitários, que nessas regiões evidenciam-se de forma mais intensa.

Em Jesuíno Marcondes, o rol de atividades agrícolas desenvolvidos pelas mulheres, é rentável para o grupo familiar, e geralmente são as mulheres que preocupam-se com o cultivo de hortaliças fornecidas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE, produzindo alimento que abastece as escolas públicas municipais e estaduais do município. Práticas produtivas que abarcam a manifestação das mulheres agricultoras e dão espaço a elas parecem se anunciar como importantes no âmbito da reflexão sobre as novas ruralidades, e o desafio está então em aprender com elas, conhecendo o papel que estão desempenhando, bem como as formas que arranjam para estimular e institucionalizar esse movimento (KARAM, 2004).

Entende-se que as desigualdades entre os gêneros são construções históricas e sociais, então é possível, da mesma maneira, construir igualdade entre os gêneros. Compreender essa dinâmica como elemento de mudança significa construir a cidadania, compreendida por Walby (2004, p. 169) como:

Um conjunto de princípios que serve de base às concepções de justiça social [...] um conjunto de propostas sobre como os indivíduos deveriam ter direitos e deveres políticos, civis e sociais para ser capazes de realizar plenamente seu potencial humano.

Para melhorar a condição do ser humano na sociedade, é importante considerar as estruturas de poder nas quais estamos imersos. Para se chegar a um

novo modelo de desenvolvimento, todos os atores e atrizes sociais tem de ser contemplados, considerando-se suas vozes (CASTRO; ABRAMOVAY, 1997). É dentro dessa ótica que chamamos a atenção não só para a incorporação das mulheres em análises das necessidades práticas existentes, como para a utilização da perspectiva de gênero para o estabelecimento de políticas sociais mais justas e equitativas.

As contribuições de Karam (2004) para a temática, nos levam a refletir sobre:

os agricultores familiares orgânicos propriamente ditos, os técnicos, intelectuais e profissionais de setores urbanos e os consumidores de alimentos orgânicos interagem como atores na construção de um projeto de identidade social para o rural emergente, tendo como base a produção de alimentos, atividade clássica do mundo rural. A ação empreendida por esses agentes ocorre em um contexto mais amplo, voltado a uma agricultura social e ambientalmente mais justa, que valora a ruralidade como um espaço de produção social (KARAM, 2004, p. 8).

Práticas produtivas que abarcam a manifestação das mulheres agricultoras e dão espaço a elas parecem se anunciar como importante no âmbito da reflexão sobre as novas ruralidades, e o desafio está então em aprender com elas, conhecendo o papel que estão desempenhando, bem como as formas que arranjam para estimular e institucionalizar esse movimento (KARAM, 2004).

As diversas lutas do movimento feminista apresentam-se como ferramenta fundamental para a igualdade de gêneros no meio rural. A contribuição de Maria Ignez Paulilo (2003, p. 3) para a discussão consiste na valorização do trabalho dessas agricultoras, considerando que:

La categoría “trabajo”, sea remunerado o no, siempre se mostro relevante para el pensamiento feminista. Considerar como trabajo las inúmeras actividades desarrolladas por mujeres em el hogar y em las pequenas propiedades agrícolas fue una forma de volverlas visibles y más valorizadas. Cuanto al trabajo remunerado, él fue considerado fundamental, pues, em una sociedade daonde casi todo se compra, el acceso de la mujer a alguna forma de renta própria podría hacerla más independiente del marido y más participante em las decisiones que envuelven tato el grupo doméstico como la sociedade más amplia.

Para o feminismo, a categoria trabalho apresenta centralidade quando tratamos de conquistas do movimento das mulheres agricultoras e de outros movimentos sociais do campo, que nas palavras de Paulilo (2003, p. 3) “luchó para que las esposas

envueltas em la producción agrícola familiar fuerem consideradas ‘productoras rurales’, y no ‘amas de casa’”.

Destaca-se que a participação em diversas atividades no campo estiveram presente ao longo da história política, econômica e social do mundo agrário brasileiro. O protagonismo dessas mulheres vem sendo ocultado, gerando uma invisibilidade na luta dos movimentos sociais, sejam eles urbanos ou rurais. Na concepção de Farias (2003), as mulheres caracterizam-se como:

Figuras constantes nos enredos dos movimentos sociais rurais, como o cangaço, canudos, messianismo, rebeliões populares, luta pela terra (...) não ficaram registradas como personagens dos acontecimentos, mas apenas como presenças anônimas ou acompanhantes. Portadoras de um falar, cujo som não era escutado como voz de saber ou de poder, mas de deveres prescritos, por papéis bem definidos. Herdeiras de uma memória das tradições. Guardiãs dos tempos e das permanências. Mesmo no movimento sindical rural, não tinham o direito a sindicalização. Eram sombras de corpos ocultados (FARIAS, 2003).

O questionamento posto, figura uma construção do contexto histórico do espaço rural, da efervescência dos movimentos sociais rurais, que outrora ofuscaram a mulher como sujeito político e participante na luta por direitos. Daí, perpetua a ideia da mulher como um mero coadjuvante nas árduas lutas que emergiam no rural brasileiro. Essa luta não está somente ligada aos movimentos sociais, mas sim no dia a dia dessas mulheres.

Essa invisibilidade não fica somente retida a uma história de luta no espaço rural, ela estende-se ao cotidiano do trabalho das camponesas, nos espaços onde ela desenvolve suas atividades, suas diferentes formas de produção na propriedade familiar.

Nesse sentido, Dona Vera, 46 anos, agricultora de Jesuíno Marcondes, pondera sobre a importância do trabalho da mulher no cenário rural:

Eu acredito muito no campo, sei da importância que nós temos para o consumo nas cidades. Sempre fui agricultora, e há uns 15 anos atrás não se dava muito valor para o trabalho e a produção de alimentos do pequeno produtor, quanto menos do trabalho das mulheres, eu vejo que as próprias pessoas da família, ou de fora também, não valorizam tanto o trabalho da mulher rural, acho que muitas vezes só entendem como um auxílio e não reconhecem por inteiro o trabalho na produção dos alimentos, do cuidado com a casa, com a família e de todas as outras atividades que as mulheres sempre fizeram. Eu amo o que eu faço, o trabalho no campo; plantando, cultivando é muito gratificante, não troco por nada essa vida aqui para ir morar na cidade (Vera Lucia Borakowki).

Ao me contar sobre o seu papel enquanto agricultora, deixa claro a preocupação sobre o reconhecimento de seu trabalho na propriedade familiar enquanto agricultora, e reafirma o que já diz a literatura sobre as atividades serem consideradas apenas como um auxílio ao trabalho realizado pelo homem. Entretanto, me chamou atenção a sua clara compreensão de considerar-se uma agricultora, e acima de tudo, apresentar a importância do seu trabalho cotidiano para a geração de renda da família, para a sociedade em geral.

Há uma maior inserção das mulheres no mercado de trabalho no final da década de 60 e durante a década de 70, não somente nas atividades domésticas, como elas passam a acumular novas funções e assumir novos papéis na sociedade do trabalho.

Em seus diversos estudos sobre contextos rurais brasileiros a Cientista Social, Maria Ignez Paulilo (1987) verificou nas famílias camponesas, a existência de categorias consideradas como trabalho “leve” e trabalho “pesado”. A autora coloca que o trabalho “leve” está sempre relacionado a tarefas realizadas por mulheres e crianças, enquanto que o que é considerado trabalho “pesado” é de restrita incumbência masculina. No entanto, ela mostra que aquilo que é considerado trabalho “pesado” e de responsabilidade masculina em um lugar pode ser considerado trabalho “leve” quando atribuído a mulheres e crianças, essa compreensão geralmente ocorre de forma diferenciada quando se trata de regiões.

Na região estudada, verifica-se uma forte adesão a programas do governo federal para produção e comercialização dos alimentos advindo da agricultura familiar, muitos desses, até pouco tempo considerados “os de quintal”, das mulheres. Sobre isso dona Vera acrescenta-nos que:

Essa nova forma de abastecimento, com a entrada desses programas⁹ ajuda muito as mulheres, pois hoje me sinto mais valorizada, tenho que participar de reuniões, trabalho com documentação, venda, entrega de todos os produtos. Além disso, aprendemos a conviver na associação, que é uma tarefa muito difícil, pois temos que superar os interesses individuais. Além

⁹ Os programas que a agricultora refere-se são o Pnae (Programa Nacional de Alimentação Escolar), instituído pela Lei nº 11.947/2009, prevê o uso de no mínimo 30% dos recursos repassados pelo FNDE (Fundo Nacional da Educação) para a alimentação escolar, na compra de alimentos da agricultura familiar para serem servidos nas escolas da rede pública de ensino. E o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) criado em 2003, o PAA é uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção. (BRASIL, [s.a]).

desses interesses, temos que superar a ideia de que, mulher não é para vir nas reuniões da A.M.A., pois no começo da associação, as reuniões eram apenas para os homens (Vera Lucia Borakowki).

Como muito bem dito pela agricultora, desenha-se uma etapa nova para as mulheres no cenário rural, as mulheres agricultoras de Jesuíno Marcondes, por exemplo, participam ativamente de reuniões mensais da A. M. A, deste modo, discutem questões pertinentes ao cultivo, organizações de eventos da comunidade, entrega das produções, banco de sementes, ou seja, discutem em pé de igualdade com os homens sobre as problemáticas que emergem na comunidade.

De Grandi, considera que o patriarcado consiste no poder de dominação masculina, referência implícita e sistemática da dominação sexual. Além de um sistema de dominação é um sistema de exploração que sujeita mulheres à trabalhar em más condições e por salários mais baixos (DE GRANDI, 1999).

Esse sistema considera duas esferas¹⁰ distintas que por si só são antagonistas. Esse espaço doméstico, que foi atribuído a mulher ao longo da história ocidental, ainda possui resquícios na sociedade atual estando mais evidenciado quando se trata do espaço rural.

A correlação dessas esferas fica claro quando a filósofa alemã Hanna Arendt (1995) esclarece que:

O mundo público é o lugar privilegiado de constituição da realidade. O real é o que aparece no público, é o visto e ouvido por todos. A experiência comum, compartilhada, é um critério primordial para o existir das coisas. Mesmo a mais comum das coisas só se torna realidade na presença de outros que vêem o que vemos e ouvem o que ouvimos. Só pode ser real o que é reconhecido. Para algo aparecer na vida pública precisa ser considerado importante por quem tem este poder de atribuição de valor. Esse alguém é o próprio público que encaminha para o privado aquilo que julga como pouco relevante ou de interesse individual. O mundo, como lugar de vida humana, é público, enquanto bem comum a todos, interpondo e reunindo homens, criando relações entre eles. A vida privada carrega duas acepções: a de privação e de ocultação. Viver uma vida inteiramente privada significa acima de tudo ser destituído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana (ARENDDT, 1995, p. 59).

Ao compreender-se essas duas esferas como espaços de contradição, compreende-se também que o público manteve-se como lugar de aparecer e o

¹⁰ A esfera pública (masculina) focada no social, político e econômico-mercantil, amparada em critérios de êxito, poder, direitos de liberdade e propriedade universais, e relacionada fundamentalmente com a satisfação do componente mais objetivo (o único reconhecido) das necessidades humanas. Por outro lado, a esfera privada ou doméstica (feminina) focada no lar, baseada em laços afetivos e sentimentos, desprovida de qualquer idéia de participação social, política ou produtiva e relacionada diretamente com as necessidades subjetivas (sempre esquecidas) das pessoas (CARRASCO, 2003).

privado como lugar de ocultar. Para Farias (2001), é necessário buscar quais são as diferenças objetivas que representam as posições diversas dos seres humanos na ocupação desses dois espaços sociais. Isto é muito bem evidenciado no caso das diferenças de gênero que percebemos entre homens e mulheres, e que ao longo do tempo fizeram do espaço público “lugar de homens” e do espaço privado “espaço de mulheres”.

A partir daí, pode-se esclarecer a forma de organização do espaço social na modernidade ocidental, que de maneira mais clara reforçou a exclusão das mulheres da vida pública e ativou a sua plena domesticação.

Fundamentado na força do natural e no biológico, atribui-se as mulheres o destino normal e natural a maternidade, o cuidado e o zelo ao marido, aos filhos, aos parentes, e a obediência aos homens. A mulher ao longo dos tempos vem sendo excluída da política no sentido de ser colocada ausente e incompatível com esse mundo (FARIAS, 2001).

As relações de gênero são sustentadas e estruturadas em nossa sociedade por uma rígida divisão sexual do trabalho, onde o trabalho masculino ainda é, na sua maioria, mais valorizado que o feminino. Os homens são considerados os responsáveis pelo “sustento da família”, trabalhando, portanto, na produção e exercendo funções de elevado valor social agregado (políticas, religiosas, militares) enquanto as mulheres são excluídas da esfera pública, cabendo a elas as atribuições da reprodução. Assim, num equivocado julgamento de valor social, o trabalho feminino é considerado “leve”, “insignificante”, caracterizado como uma “ajuda” à família. Ao longo do processo histórico, as mulheres têm sido responsabilizadas pelas “obrigações” familiares, trabalho este não remunerado, realizado gratuitamente para os outros membros da família, considerado de secundária importância e, portanto, um trabalho invisível, “feito não para si, mas para os outros, sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal”. Sobre o trabalho das mulheres no espaço rural a agricultora Veronica considera que:

O trabalho da mulher ainda é visto por muitos como somente um complemento, uma renda insignificante, uma obrigação mesmo de cuidar da casa, quintal, o plantio e visto como quintal mas eu não vejo assim, eu procuro estudar, ler conversar com as minhas amigas e com os técnicos da EMATER que passam aqui e aprender como deixar minha Hortinha melhor e que produza alimentos cada vez mais (Veronica Malko, 56 anos).

As mulheres assumem papel importante na garantia da segurança alimentar de seus grupos sociais, porém o trabalho feminino aparece muitas vezes oculto, não apenas diante das agendas das políticas públicas, de pesquisadores e agentes de desenvolvimento rural, mas também nas percepções das famílias rurais e mesmo das próprias mulheres camponesas, cujas atividades nem sempre são entendidas como parte do processo de trabalho agrícola.

Nas palavras de dona Vera, fica claro que a valorização das mulheres rurais, nessas novas políticas, acabaram criando um espaço de participação e reconhecimento para essas mulheres, gerando uma maior visibilidade das nas questões que envolvem não só a produção como também a participação em reuniões de organização, comercialização de produtos, o que favorece não somente a geração de renda na unidade familiar, mas também a autonomia dessas mulheres rurais.

Para as agricultoras, sair de casa para frequentar reuniões, no início da década de 1980, foi muito difícil. Até mesmo os direitos de herança não funcionam como a lei determina, ou seja, que todos os filhos têm direitos iguais na partilha dos bens, o que se visualiza é que as mulheres sempre perdem nessas relações. A propriedade da terra está muito mais ligada ao homem do que à mulher (PAULILO, 2003).

A voz de Dona Nahir, mostra muito sobre essa autonomia, demonstrando mudanças importantes para as mulheres:

Antigamente eu não participava de nenhuma associação nem reuniões sobre plantio, há mais ou menos uns 7 anos que começamos nos organizar melhor, as mulheres, e participar como membros da AMA (Associação Marcondense de Agricultores), isso facilitou muito nosso trabalho enquanto agricultora, fez com que eu me reconhecesse como uma” (Nahir).

Nota da pesquisadora: a fala da mulher foi interrompida por um homem, membro da associação (AMA), com um balançar de cabeça indicando uma negativa do exposto e seguido de risos.

Localizar e superar limites ao acesso das mulheres na participação efetiva em espaços públicos, é algo primordial quando tratamos de autonomia dessas mulheres. No relato da agricultora evidencia-se um progresso dessa autonomia, justamente em discussões onde elas anteriormente não tinham acesso, dando ênfase a importância de criação e abertura de espaços que valorizem a mulher enquanto sujeito de sua própria história, e agente fundamental de transformação.

Nesse caso, a participação das mulheres nos ambientes onde se decide essas questões que envolvem diretamente a comunidade é fundamental, pois além da

promoção da igualdade de gêneros, na participação feminina são trazidos dados importantes do ambiente rural (e da comunidade), visto pelos olhares femininos, ambientes estes desvalorizados historicamente, mas do qual esse segmento depende para sua reprodução.

Corroborando com essa discussão a agricultora Vera comenta sobre as suas atividades cotidianas, as quais considera relevantes não somente para a família mas também para sociedade de forma geral:

As atividades do dia a dia que eu desenvolvo hoje, não são muito diferentes das de anos atrás, a diferença é que hoje a variedade de alimentos que cultivamos é maior e o que considero mais importante é que produzimos sem veneno. Alimentamos escolas municipais e estaduais, Apae's e utilizamos para o consumo próprio, além de vender na feira na cidade¹¹, a feira ainda é muito fraca, pois não temos incentivo do poder local, Prefeitura, apenas vendemos para os programas federais como PAA, e PNAE, se tivessem mais programas como estes a renda aumentaria bastante (Vera Lúcia Borakowki).

O espaço que as agricultoras utilizam para o plantio desses alimentos é geralmente próximo da residência, como um quintal, que neste cenário é resgatado como lugar de produção para autoconsumo gerando uma melhoria na qualidade alimentar da família. Ao analisamos circuitos curtos de comercialização destes alimentos, nota-se pela fala da agricultora uma potencialização pela política pública do PAA e PNAE. A partir da percepção das próprias agricultoras sobre a sua realidade amplia-se a ideia do que se considera desenvolvimento, “visibiliza como públicas questões que antes eram consideradas do âmbito privado e valoriza espaços e tempos das mulheres, tradicionalmente caracterizados como menos importantes” (BUTTO, 2014, p. 13).

Sobre o processo de transformação e autonomia dessas mulheres Butto (2014) considera que:

A formação como estratégia não se resume às atividades assim denominadas mas se explicita em uma postura de trabalho que compreende as próprias mulheres como sujeitos de transformação de sua realidade. Por isso, a auto-organização das mulheres rurais nos territórios permanece não só como garantia de romper barreiras ao acesso às políticas públicas, mas também na

¹¹ A Feira que a Agricultora refere-se é organizada aos sábados pela manhã, na praça Firmo Mendes de Queiroz, na cidade de Prudentópolis, que reúne produtores rurais de todo município. Ainda não existe articulação entre esfera pública (municipal) nem tampouco investimento por parte do município para realização da Feira. Os custos são totalmente ao Agricultor. Nos dois últimos meses, iniciou-se uma tentativa de ceder um local mais amplo para a feira, que é a Casa da Cultura, essa iniciativa, mesmo que discreta, agradou os Agricultores e Agricultoras do município.

sociedade e na família. As mulheres rurais vão tecendo este espaço de vida, de uma vida que vale a pena ser vivida (BUTTO, 2014, p. 13).

Ao dialogar com a agricultora Terezinha, identificamos elementos pontuais, principalmente o reconhecer-se agricultora em tempos que o campo não é um lugar altamente desejável e atraente para se viver. Ainda que muitas famílias permaneçam no campo, existem muitos atrativos que acabam retirando essas famílias do espaço rural, migrando para cidades. Mesmo assim Dona Terezinha nos relata algumas situações da luta pela permanência no campo que de certo modo, dificultaram esse caminhar de agricultora:

Nasci em família camponesa, sempre fui camponesa. Em Prudentópolis começamos a trabalhar no plantio do fumo, e nessa lida, fomos convencidos a investir cerca de R\$ 60 mil num projeto inovador de uma estufa elétrica de grampo para secar o fumo, colocamos toda nossa energia nisso, porém toda a produção acabava por apodrecer dentro da inovadora estufa. Sem apoio técnico prometido, endividamo-nos até os dias de hoje. Como o uso de agrotóxicos é intensivo no esquema de plantio das indústrias fumageiras e nosso trabalho tem que varar madrugadas por meses inteiros, toda a família desenvolveu problemas de saúde, como: náuseas, vômitos, irritação, tontura, tremedeira, desmaios e até alucinações, ainda assim persistimos nessa situação por seis longos e dolorosos anos, mas sempre matutando uma solução alternativa para escapar dessa armadilha bem montada das indústrias de fumo (Terezinha Dierka).

A realidade apresentada pela agricultora figura em uma problemática enfrentada por inúmeras famílias de Jesuíno Marcondes. Como alternativas a essa forma de cultivo, surgem os Programas do governo federal, que acabaram favorecendo a participação da mulher nos meios de produção. Sobre esses programas Terezinha acrescenta que:

Foi quando alguns amigos nos apresentaram o PAA e o PNAE, trazendo uma nova esperança para nós camponeses. O programa consiste basicamente no governo comprando alimentos de qualidade diretamente da agricultura familiar local para serem distribuídos nas escolas da cidade, asilos, orfanatos, hospitais, etc. diminuindo gastos com embalagens, fretes e logística e mantendo os recursos na comunidade local. Após conhecer e simpatizar com o Programa, cadastrei-me junto a várias famílias esperançosas na possibilidade de aumento de renda e qualidade de vida. Comprometi-me com a entrega dos produtos de minha horta caseira, que tive que ampliar, e com a entrega de macarrão caseiro, indo entregar tudo pessoalmente nas escolas da região. Produzimos hoje verduras como alface, beterraba, couve-flor, salsinha, repolho e ainda nos organizamos enquanto comunidade para fornecer as frutas para as escolas e entidades cadastradas (Terezinha Dierka).

Essas atividades geram autonomia às mulheres rurais, constituindo-se em estratégias dessa política pública. Se em algum momento discutia-se e necessitava relevar “quem eram, como viviam, e o que produziam, as mulheres rurais” (BUTTO, 2014, p. 38), atualmente a melhoria das estatísticas que tem a característica sob a perspectiva de gênero contribui para indicar cenários e tendências para a atuação dessas políticas públicas, possibilitando, cada dia mais a forma de viver e produzir das mulheres no meio rural.

Para muito além das atividades cotidianas dessas mulheres, ganham destaque a participação em atividades que envolvem toda a comunidade em busca de conhecimentos para melhoria da qualidade do alimento produzido, comercialização, alternativas de plantio. Para dona Terezinha:

Além de minhas atividades cotidianas de produção, procuro envolver-me com as grandes questões da minha comunidade, por isso ajudei organizar com as demais agricultoras a 1ª Festa Local da Agricultura Familiar, tendo como objetivo o fortalecimento e divulgação da produção e da cultura camponesa e discutir alternativas sustentáveis para os colonos, falando sobre a importância do resgate das Sementes Crioulas, combate aos agrotóxicos e outros temas relevantes para nossa realidade e para o planeta. Nós mulheres fizemos a articulação e tivemos o apoio que tivemos do MDA/SAF – Ministério do Desenvolvimento Agrário, Governo do Estado através da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, ING-Instituto os Guardiões da Natureza, EMATER, CRESOL, Prefeitura Municipal de Prudentópolis dentre outros, em nossa festa contamos também com a presença de várias autoridades como o Juiz de nossa comarca, Promotora de Justiça, representantes da SEED, DAS/DIBAP/IAP, SEAB, SESA, TECPAR, entre outros. Como tivemos uma ótima participação da comunidade, pretendemos tornar este evento reconhecido regionalmente (Terezinha Dierka).

As mulheres rurais participam desses eventos (reuniões, seminários, oficinas de trabalho) e dos próprios Conselhos, em número muito menor que os homens, e via de regra, quando se envolvem em alguma atividade concreta, o fazem especificamente nos temas ditos “sociais” (tais como saúde e educação) e em intensidade muito menor, nas atividades ditas “econômicas” (ligadas com a produção agrícola ou pecuária, e com a comercialização dos produtos). Neste último caso, sua inserção também se dá em atividades bem segmentadas, como a transformação de produtos (agroindústrias caseiras), serviços (turismo rural) ou atividades hortícolas (SILIPRANDI, 2010).

Uma maior intensidade de políticas públicas que favoreçam o trabalho dessas agricultoras é de fundamental importância para o cenário estudado, entretanto, a partir

dos relatos feitos pela agricultora Veronica, nota-se uma tendência positiva nos programas atuais do MDA:

Essa nova forma de abastecimento, com a entrada desses programas¹² ajuda muito as mulheres, pois hoje me sinto mais valorizada, tenho que participar de reuniões, trabalho com documentação, venda, entrega de todos os produtos. Além disso, aprendemos a conviver na associação, que é uma tarefa muito difícil, pois temos que superar os interesses individuais. Além desses interesses, temos que superar a ideia de que, mulher não é para vir nas reuniões da A.M.A., pois no começo da associação, as reuniões eram apenas para os homens (Vera Lucia Borakowki).

Sobre as atividades produtivas Dona Nahir ponderam sobre suas atividades anterior aos programas e também exemplifica quais as atuais:

Trabalhamos com 2 vacas de leite, somente para o consumo, mas de 1992 a 2002 tivemos gado leiteiro, resolvemos mudar de atividade, pois não se via muito lucro. Atualmente estamos inseridos nos dois Programas do Governo, o PAA e o PNAE, então plantamos de tudo um pouco, feijão, milho, mandioca, essas coisas. Além desses, produzimos hortaliças em geral, fornecemos frutas para ser entregue nas escolas, a polpa da fruta para suco, é uma variedade enorme de alimentos.

A diversidade na produção em grande parte, é atribuída ao incentivo dos programas do governo, mas, essas agricultoras sempre produziram alimentos, mesmo que para subsistência, entretanto, o que de fato muda com os programas, é a geração de renda e compra direta dos alimentos.

O reconhecimento da importância de suas atividades aparece como fala marcante dessas agricultoras, a exemplo disso, dona Veronica conta com muito orgulho do seu trabalho, sintonizando suas ações em benefício da própria comunidade, localizando, desta forma, como protagonista no desenvolvimento da comunidade. Sem dúvida um dos fatores que influencia para que haja um maior percentual de mulheres nas modalidades de Compra Direta com Doação Simultânea é a grande diversidade e o tipo de produtos abrangidos.

¹² Os programas que a agricultora refere-se são o Pnae (Programa Nacional de Alimentação Escolar), instituído pela Lei nº 11.947/2009, prevê o uso de no mínimo 30% dos recursos repassados pelo FNDE (Fundo Nacional da Educação) para a alimentação escolar, na compra de alimentos da agricultura familiar para serem servidos nas escolas da rede pública de ensino. E o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) criado em 2003, o PAA é uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção (BRASIL, [s.a]).

Ah, mudou muita coisa, sempre plantei coisas para o consumo, mas hoje planto para o consumo das escolas, as crianças se alimentam de comida saudável e isso é um trabalho gratificante, sai alimento que eu planto para toda a cidade. Agora planto abobora, salsinha, cenoura, beterraba, alface quase todas as leguminosas além do cultivo de frutas, que muitas vezes como o morango já transformamos em polpa para suco. Eu me sinto agricultora, e tenho muito orgulho disso, orgulho de dizer que se o campo não planta a cidade não janta (Veronica Malko, 56 anos).

Entretanto, toda essa estrutura desses novos programas, possuem limitações e necessitam de estudos que apontem questões peculiares que favoreçam uma reformulação e maior investimento para o trabalho dessas agricultores familiares. Sobre as dificuldades dos programas do governo, Dona Veronica acena que:

A nossa maior dificuldade está no fornecimento e entrega dos alimentos, não possuímos caminhão para entrega, e somos responsáveis por isso, nós agricultores. O que piora a situação é a falta de investimento, e interesse dos gestores municipais. Não temos nenhum incentivo para continuarmos produzindo, nem apoio técnico, nem investimento em carro para levar esses alimentos para as escolas. Gostaríamos também, de além da compra direta, um grupo de estudos, que fortalecesse o trabalho das agricultoras, com palestras para melhorar esses alimentos, para nós nos organizarmos melhor, fortalecer e chamar mais mulheres a participar dessas chamadas públicas. Ainda são poucas as produtoras inseridas (Veronica Malko).

Para as agricultoras de Jesuíno Marcondes, a partir da inserção dessas novas Políticas Públicas para a agricultura familiar, visualiza-se uma nova alternativa de renda para o grupo familiar, e juntamente com isso uma certa autonomia para a mulher desenvolver tanto atividades agrícolas como as não agrícolas, que caracterizam a pluriatividade.

Para Schneider, a pluriatividade refere-se a um fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais da pessoas que pertencem a uma mesma família. A emergência da pluriatividade ocorre em situações em que os membros que compõe as famílias domiciliadas nos espaços rurais combinam atividades agrícolas com outras for, mas de ocupação em atividades não agrícolas. (SCHNEIDER, 2004, p. 79). Sobre essas atividades não agrícolas Terezinha Dierka nos conta que:

Um dia meu filho levou para a escola um ovo de chocolate que eu fazia para consumo da família, um amiguinho da classe gostou e fez uma encomenda de 4 ovinhos. Os incentivos e elogios da comunidade escolar sobre minha pequena produção artesanal de chocolates foram aumentando, assim como as generosas encomendas. Hoje tenho a grata satisfação em dizer que dos

4 ovinhos de chocolate, nasceu uma fábrica caseira de 3 mil ovos (só nos meses que antecedem à Páscoa), e os pedidos continuam a crescer em escala exponencial.

A importância de atividades como esta, ela resume nas seguintes palavras “campos de chocolate em mãos de pura ternura”. Outro exemplo claro, está na fala da Agricultora Nahir, quando nos coloca que:

a mulher de uns tempos pra cá passou a ser valorizada ainda mais aqui no campo. Eu vejo que esses programas criados favoreceram o trabalho já executado da mulher dando oportunidade de maior renda e aumento da diversidade de alimentos plantados.

Nair diz que esses programas, mesmo que de forma tímida ainda, favorecem a visibilidade do trabalho da mulher no campo:

Agora os tempos são outros, quando entramos para concorrer nesses programas do governo a renda aumentou um pouco, aumentou também a diversidade de alimentos, plantamos de tudo agora, e quase sempre somos nós as mulheres que estamos a frente desde o plantio até reuniões na AMA. Hoje por exemplo que você estava presente na reunião, você pode ver quantas mulheres estavam discutindo sobre o plantio, comercialização e tudo mais. A pluriatividade está presente no contexto estudado (imagem da agricultora em suas atividades cotidianas), atividades não agrícolas, geralmente são praticadas pelas mulheres.

Entretanto, o que chama mais atenção é o fato de a mulher estar envolvida também em atividades agrícolas, portanto indo de encontro com o que os referenciais bibliográficos apontam do crescimento da participação da mulher no cenário agrícola. Sobre essas alternativas de produção a Agricultora Terezinha Dierka, conta que houve várias tentativas de produção, como por exemplo, o cultivo do fumo, que foi fadado ao fracasso, nas palavras da agricultora:

Ainda assim persistimos nessa situação por seis longos e dolorosos anos, mas sempre matutando uma solução alternativa para escapar dessa armadilha bem montada das indústrias de fumo (Terezinha Dierka).

A Agricultora refere-se ao cultivo de fumo como uma atividade provisória e nociva tanto ao organismo quanto ao ambiente, deste modo, acrescenta que a história de vida sua e da família mudou:

Quando em 2007, apareceu uma luz no fim do túnel, amigos nos apresentaram o PAA, hoje PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar em Prudentópolis, trazendo uma nova esperança para nós camponeses. O programa consiste basicamente no governo comprando

alimentos de qualidade diretamente da agricultura familiar local para serem distribuídos nas escolas da cidade, asilos, orfanatos, hospitais, etc. diminuindo gastos com embalagens, fretes e logística e mantendo os recursos na comunidade local. Após conhecer e simpatizar com o Programa, cadastrei-me junto a várias famílias esperançosas na possibilidade de aumento de renda e qualidade de vida. Comprometi-me com a entrega dos produtos de minha horta caseira, que tive que ampliar, e com a entrega de macarrão caseiro, indo entregar tudo pessoalmente nas escolas da região.

Mesmo as agricultoras, considerando o PAA um programa que favorece o trabalho da mulher, os dados nacionais apontam para uma baixa participação delas nestes programas. Ainda que as ações sejam de responsabilidade da mulher, o cadastramento pelo CPF, é feito em nome do marido, que por inúmeras vezes é os proprietários das terras de plantio e fica como corresponsável por atividades como esta. De fato, o plantio, o cuidado com a produção a preocupação da entrega são responsabilidades da mulher, mas o que refere-se ao cadastramento em si, é atribuído ao homem.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NA PERSPECTIVA DE GÊNERO

4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS AGRÁRIAS BRASILEIRAS COM PERSPECTIVA DE GÊNERO

Afinal o que é uma política pública? Política pública é uma expressão que visa definir uma situação específica da política. A melhor forma de compreendermos essa definição é partirmos do que cada palavra, separadamente, significa. Política é uma palavra de origem grega, politikó, que exprime a condição de participação da pessoa que é livre nas decisões sobre os rumos da cidade, a pólis. Já a palavra pública é de origem latina, publica, e significa povo, do povo (OLIVEIRA, 2010).

A política pública é o conjunto de ações, serviços e estratégias adotadas pelo estado (mas não necessariamente executado por ele) que visa assegurar direitos e uma existência humana digna, de acordo com os ditames da justiça social de uma determinada sociedade. Temos portanto: política econômica, política urbana, política para agricultura familiar, política social, política de saúde, política de educação, dentre outras.

Políticas públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais (BRASIL, 2012).

A Constituição federal de 1988 preceitua o que são direitos e garantias fundamentais do brasileiro, direito a vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, à propriedade. As políticas públicas surgem a partir da tensão existente entre sociedade civil e o estado em decorrências das precárias condições de vida da população, da necessidade de assegurar a produção e a reprodução da vida social e material.

Segundo as definições conceituais de Catia Grisa (2012):

Esta é uma questão sobre a qual já se debruçaram diversos autores e, cuja resposta, no entanto, continua sendo objeto debates (SECCHI, 2010; LASCOUMES; LE GALÈS, 2009; MULLER, 2008; SOUZA, 2006; MULLER;

SUREL, 2004). Conforme Muller e Surel (2004), não raro, as definições são genéricas e de difícil apreensão como, por exemplo, “política pública é tudo o que o governo decide fazer ou não fazer”, ou ainda, “uma política pública se apresenta como um programa de ação governamental num setor da sociedade ou num espaço geográfico”. Seguindo estas definições, toda ação pública, em qualquer nível ou em qualquer domínio que se refere, é objeto da análise de políticas públicas (GRISA, 2012, p. 30).

Discutir políticas públicas tomou nas últimas décadas uma dimensão muito ampla, tendo em vista o avanço das condições democráticas em todos os recantos do mundo e a gama de arranjos institucionais de governos, que se tornou necessário para se fazer a governabilidade¹³. Celina Souza (2003) apresenta-nos importantes esclarecimentos sobre algumas das principais definições sobre políticas públicas, as quais podem ser apresentadas pelo seguinte quadro:

Quadro 1 - Definições de Políticas Públicas

| Autor | Definições de Políticas Públicas | Ano da Obra |
|---------|---|-------------|
| Mead | Campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas. | 1995 |
| Lynn | Conjunto específico de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. | 1980 |
| Peters | Soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vidas dos cidadãos. | 1986 |
| Dye | O que o governo escolhe fazer ou não fazer. | 1984 |
| Laswell | Responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. | 1958 |

Fonte: SOUZA, Celina. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. Caderno CRH, Salvador, n. 39, jul./dez. 2003.

No campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações e ou entender por que o como as ações tomaram certo rumo em lugar de outro (variável dependente) (SOUZA, 2003, p. 13). Assim sendo, o processo de formulação de política pública é aquele através do qual os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real.

¹³ Entende-se por governabilidade as condições adequadas para que os governos se mantenham estáveis. São essas condições adequadas, enquanto atitudes de governos (sejam eles de âmbito nacional, regional/estadual ou municipal), que caracterizam as políticas públicas (OLIVEIRA, 2010, p. 1).

Ao voltar os olhares para as políticas públicas para o campo, torna-se importante discutir que historicamente, a agricultura familiar ou "os pequenos agricultores" – como eram denominados até cerca de duas décadas atrás – e atualmente agricultores familiares, sempre estiveram às margens das ações do Estado brasileiro. A partir do processo de democratização do Brasil, que iniciou na década de 1980 e teve seu auge com a promulgação da Constituição Federal em 1988, tornou-se evidente uma mudança na agenda das políticas públicas direcionadas ao meio rural. Para o pesquisador Sergio Schneider iniciando uma nova trajetória para a categoria social:

A Constituição de 1988 incitou novos espaços de participação social e reconheceu direitos; a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf) em 1995 desencadeou a emergência de outras políticas diferenciadas de desenvolvimento rural; a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999, e da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) no interior deste em 2001, institucionalizaram a dualidade da estrutura agrária e fundiária no País; e em 2006, foi regulamentada a Lei da Agricultura Familiar que reconheceu a categoria social, definiu sua estrutura conceitual e passou a balizar as políticas públicas para este grupo social. Não raro, o Brasil é destacado por organizações internacionais multilaterais pela estrutura política e institucional que construiu ao longo dos anos para a agricultura familiar, cujos formatos, objetivos e políticas têm sido "exportados" para outros países (SCHNEIDER; GRIZA, 2014, p. 2).

Algumas mudanças ocorrem no cenário das políticas públicas, como em 2003, a implementação do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, coordenado nacionalmente pela Companhia Nacional de Abastecimento- CONAB. O PAA, considerado como uma das principais ações estruturantes do Programa Fome Zero, constitui um mecanismo complementar ao Programa Nacional de Agricultura Familiar – Pronaf, uma vez que garante a compra de parte da produção da agricultura familiar (JUNQUEIRA; LIMA, 2008).

Esses programas abarcaram as políticas na perspectiva de gênero em seus eixos de discussão, dando ênfase ao trabalho da mulher agricultora. Como a constituição de 88 trouxe benefícios aos trabalhadores e o direcionamento das políticas públicas, sob impacto da democratização e da luta de movimentos feministas e de movimentos de mulheres, desde os anos 80, visualiza-se no Brasil, um processo gradual de incorporação da problemática das desigualdades de gênero pela agenda governamental. Com a crescente importância dos governos municipais, a partir da

Constituição de 88, a redução das desigualdades de gênero passou também a fazer parte da agenda dos governos locais (FARAH, 2003).

As mudanças no Estado brasileiro que desde então vêm se processando tiveram como referência uma agenda de reforma, construída com a participação de diversos atores a partir dos anos 70. Na evolução dessa agenda de reforma, podem ser identificados dois momentos principais. Em um primeiro momento, enfatizou-se a democratização dos processos decisórios e dos resultados das políticas públicas, reivindicando-se a ampliação do leque de atores envolvidos nas decisões e, ao mesmo tempo, a inclusão de novos segmentos da população brasileira entre os beneficiários das políticas públicas. As propostas priorizadas foram a descentralização e a participação da sociedade civil na formulação e na implementação das políticas públicas (FARAH, 2004, p. 49-50).

Mas, o que isso tem a ver com as políticas públicas de gênero?

A incorporação da perspectiva de gênero por políticas públicas é, ainda um tema ainda hoje pouco explorado. Entretanto, sinalizar para alguns avanços é de primordial importância para este trabalho. O primeiro passo, do reconhecimento da importância de inserir na agenda de políticas públicas as discussões de gênero é um avanço significativo nos últimos anos.

As desigualdades de gênero no cenário rural, possuem um caminhar histórico diferenciado do que o espaço urbano. A título de comparação, as Políticas Públicas e dos direitos trabalhistas terem atingido muito tardiamente a massa dos trabalhadores rurais. Enquanto a legislação trabalhista urbana data dos anos 40, apenas no final dos anos 60, cerca de 30 anos depois, é promulgado o Estatuto do Trabalhador Rural. Embora a constituição de 1934 determinasse que todo trabalhador brasileiro teria direito à cobertura da previdência social, apenas depois dos anos 70 os trabalhadores rurais começam a ter algum acesso (com o Funrural/Prorural), e somente há uma universalização desta política após a constituição de 1988. Essa desigualdade entre a população rural apresenta-se em outras estruturas e áreas, e não seria diferente nas discussões do acesso as políticas públicas com a perspectiva de gênero (BRUMER, 2000).

Segundo a Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres - SPM, existe uma área específica que foi criada para pensar em ações voltadas para “Mulheres do campo e da floresta”, e tem como característica” a promoção da igualdade entre homens e mulheres no Brasil rural é uma prioridade da SPM. Nele vivem mais de 14 milhões de mulheres, na sua maioria, em condições precárias agravadas pela distância das áreas urbanas e dos serviços públicos (BRASIL, 2014).

Segundo os apontamentos de Lourdes Bandeira (2005, p. 47)

As políticas públicas, no Brasil, no geral, quando são feitas e dirigidas às mulheres não contemplam necessariamente a perspectiva de gênero. Políticas públicas de gênero são diferentes de políticas públicas para as mulheres. Estas consideram, inegavelmente, a diversidade dos processos de socialização para homens e para mulheres, cujas consequências se fazem presentes, ao longo da vida, nas relações individuais e coletivas. Já as políticas públicas para as mulheres têm centralidade no feminino enquanto parte da reprodução social. Isso implica que não priorizam a importância e o significado que se estabelece no relacionamento entre os sexos [...].

Em se tratando de políticas públicas, considero importante esclarecer que existem duas definições em relação aos tipos de políticas públicas as - para mulheres e as de gênero. Assim, as políticas para as mulheres, apesar de direcionarem-se especialmente para elas, permanecem a reproduzir o papel da mulher na reprodução social da sociedade, pois enfatizam o papel da mulher na educação dos filhos, nos cuidados domésticos, com a alimentação, enfim com a convivência familiar e a reprodução social para manutenção do sistema capitalista vigente. O enfoque dessas políticas, apesar de contemplar a discussão sobre as desigualdades entre homens e mulheres, acaba colaborando para a segmentação entre mulheres e homens e, inclusive, para perpetuar a cultura patriarcal de fragilidade e subalternidade da mulher. (LUSA, 2010)

De forma oposta, as políticas públicas de gênero, ao acionarem o conceito de gênero e discutirem suas implicações na ascensão de políticas públicas, trazem para o campo de debates tanto os conflitos que perpassam as relações sociais entre homens e mulheres na sociedade capitalista, como também as desigualdades produzidas e reproduzidas pela cultura patriarcal, com base no discurso das diferenças biológicas. (LUSA, 2010)

Portanto, alterar sobre políticas públicas de gênero para agricultura familiar, significa incorporar no debate o cotidiano dos homens, o cenário em que estes estão envolvidos, suas necessidades e demandas. Este é o ponto fundamental de distinção entre os dois enfoques: o primeiro é exclusivo para mulheres e o segundo, apesar do olhar especializado para as mulheres – dado pelas desigualdades de gênero – é inclusivo também para o homem. (LUSA, 2010)

Mas, mais precisamente, segundo a SPM, as políticas e os programas desenvolvidos pela SPM para essas mulheres, em articulação com outros órgãos

públicos e instituições privadas, buscam refletir seus anseios pelo reconhecimento do seu trabalho e dos seus direitos. Dessa forma, levam em consideração as diferenças de raças, etnias, povos, religiões, sistemas de produção e estruturas sociais, bem como de acesso a recursos naturais, tecnológicos e financeiros. Nessa diversidade, encontram-se trabalhadoras rurais, agricultoras familiares, camponesas, extrativistas, quebradoras de coco babaçu, pescadoras, seringueiras, quilombolas, indígenas e ribeirinhas (BRASIL, 2014).

A principal compreensão de que a dificuldade de acesso aos serviços públicos é um problema crucial e comum às áreas de campo, floresta e águas e a escuta do Governo às reivindicações dos movimentos sociais, inclusive a de mulheres camponesas, levaram à identificação de três grupos fundamentais de problemas que devem ser enfrentados prioritariamente, a saber:

(a) Enfrentamento à violência contra a mulher: combate aos altíssimos índices de violência contra as mulheres, estimulada pela impunidade dos agressores. (b) Desenvolvimento rural sustentável com igualdade de gênero: autonomia econômica, com acesso a financiamentos em geral; melhor divisão sexual do trabalho, sem imposição de sobrecarga de atividades à mulher. (c) Direito à terra: acesso à posse e ao título da terra por parte das mulheres (BRASIL, 2014, p. 1).

Esses três eixos de atuação, são consideradas medidas centrais do foco de trabalho para secretaria, entretanto como já apontado nesta pesquisa, diversas outras políticas programas e projetos, vem apresentando como centralidade o trabalho voltado para geração e gênero. Os programas que mais aparecerem na fala das agricultoras entrevistadas foram o PNAE e o PAA, que na região sudeste paranaense ganham destaque por serem geradores de rendas a curto prazo. Além de valorizar a diversidade de alimentos e gerar um potencial a mulheres que além das hortas e plantio desses alimentos, geralmente são as responsáveis pelas panificações, doces, geleias, poupas de frutas, que abastecem diretamente as escolas municipais e estaduais da própria comunidade.

O ponto de questionamento consiste em uma ação instrumentalizada de suporte técnico para que ocorra uma articulação da primazia desses projetos com um trabalho que fortaleça essa igualdade de gênero e o próprio trabalho dessas mulheres.

Importante para esta pesquisa, foi comparar ações realizadas pela Assistência Técnica Especializada do estado do Paraná e Rio Grande do Sul, segundo o que consta no site oficial da Emater-RS, existe atualmente ações voltadas para igualdade

de gênero. As ações desenvolvidas pela Emater/RS-Ascar incluem a área de gênero, partindo da premissa de que:

[...] existe uma divisão real e simbólica entre homens e mulheres, com considerável aumento da migração feminina no sentido campo-cidade, e a conseqüente masculinização do meio rural, as ações de Ater deverão contemplar essa realidade, criando condições concretas para que haja maior participação das mulheres rurais, desde os processos de formulação de propostas e projetos até a sua execução, possibilitando que elas sejam agentes nos processos de tomadas de decisões, incentivando, com isso, seu protagonismo e sua autonomia (EMATER/RS, 2015).

Para tanto, as ações de Ater (Assistência Técnica Rural) deverão ter presentes os seguintes objetivos; Colaborar para a eliminação das discriminações entre os gêneros e trabalhar pela equidade de oportunidades entre as pessoas que vivem no mundo rural, com atenção especial às mulheres; Reconhecer, respeitar e propiciar o fortalecimento das formas organizativas das mulheres, primando pelo protagonismo e pela extinção das formas tutelares de atuação; Cooperar para a inclusão produtiva das mulheres e para o desenvolvimento de habilidades empreendedoras que garantam o seu autossustento; Contribuir para a participação ativa na construção de políticas públicas voltadas ao atendimento de suas demandas relacionadas ao mercado de trabalho, aos direitos, à autonomia em sua atividade produtiva no meio rural, pela superação da jornada tripla de trabalho com a conquista da qualidade de vida, observando as práticas adequadas à conservação do meio ambiente (EMATER/RS, 2015).

Fazendo um levantamento das ações desenvolvidas pela EMATER/PR, tem-se uma realidade bastante distinta, principalmente no *modus operandi* da equipe técnica especializada em reconhecer e realizar ações pautadas na perspectiva de gênero. Segundo dados EMATER/RS (2008), o trabalho consiste na promoção da equidade de gênero, buscando a inclusão das mulheres nos diferentes espaços de decisões, formando novas lideranças e fortalecendo as organizações sociais e a participação em conselhos, sindicatos e cooperativas.

Os principais objetivos destas políticas são, segundo a EMATER/RS (2008): a) promover a formação e troca de experiências, abordando as questões de gênero, direitos e deveres aos beneficiários do trabalho de ATER; b) incentivar a participação das mulheres nas tomadas de decisões em comunidade, em movimentos de trabalhadoras, conselhos, cooperativas, sindicatos, clubes e associações e nas

atividades de desenvolvimento de liderança; c) apoiar a organização das mulheres na luta pelos seus direitos; d) contribuir para melhorar a percepção da sociedade sobre as atividades produtivas e reprodutivas das mulheres; e) informar e orientar as mulheres sobre o acesso à terra e crédito rural; f) fazer intercâmbios entre grupos para trocas de experiências e resgate da história e cultura.

Segundo dados do departamento de Desenvolvimento Social/Inclusão Social da EMATER-PR, não existe um programa estruturado especificamente para ações em gênero, mas incentivo a realização de ações voltadas às mulheres rurais, visando inclui-las em projetos produtivos, organizações rurais (associações, cooperativas, sindicatos, conselhos) e acesso às políticas públicas (EMATER, 2015).

Portando, o que se visualiza, configuram-se como ações fragmentadas, e não como um projeto unânime com ações direcionadas para igualdade de gênero. As orientações e trabalhos técnicos não possuem em seu foco de trabalho a mulher agricultora, apenas generalizam a categoria agricultores familiares, não protagonizando o trabalho da mulher nas diversas comunidades no estado.

O quadro das atividades desenvolvidas com públicos femininos na região de Guarapuava, que abrange o município de Prudentópolis, onde localiza-se a comunidade de Jesuíno Marcondes, exemplifica a amplitude dessas atividades, e demonstra que o trabalho voltado a empoderamento, autonomia, fortalecimento de programas e projetos na perspectiva de gênero são apenas desenvolvidos de forma isolada.

Quadro 2 - Ações realizadas pela EMATER/PR com público feminino em projetos na região de Guarapuava – 2015

| Ações | nº de mulheres |
|---|-----------------------|
| Adequação Ambiental da Propriedade | 34 |
| Agroindústria | 11 |
| Bovinocultura de Leite | 191 |
| Crédito Fundiário | 1 |
| Desenvolvimento Rural | 34 |
| Fruticultura | 6 |
| Gestão Ambiental (Manejo de Solos e Água) | 1 |
| Inclusão Produtiva e Social | 575 |
| Olericultura | 93 |
| Organização Rural | 13 |

| | |
|-----------------------------------|----|
| Outras explorações | 1 |
| Segurança Alimentar e Nutricional | 61 |
| Turismo rural | 62 |

Fonte: Dados da pesquisadora, fornecidos pela EMATER-PR (2015).

Ainda que ações nesta perspectiva estejam acontecendo de forma isolada na região, pode-se destacar o trabalho realizado na cidade de Pinhão-PR, pela Assistente Social Luzyanna Tavares Rocha¹⁴, com mulheres agricultoras de quatro comunidades, denominado “grupo produtivo com mulheres agricultoras”, que em entrevista concedida pela Assistente Social, constitui-se em um trabalho na perspectiva de gênero com essas mulheres. Mesmo que ocorrendo de forma isolada no Paraná, esse grupo discute questões de empoderamento dessas mulheres, autonomia nas atividades de produção, comercialização e para muito além disso, uma preocupação em diminuir as desigualdades de gênero presentes nesse cenário. Luzyanna afirma que esse projeto iniciou-se em 2011, em parceria com uma cooperativa (GRESSOL), mas que a partir deste ano as ações passaram a fazer parte das atribuições da EMATER-PR, com um novo formato. Acrescentou ainda que existe uma dificuldade no Paraná em desenvolver ações como esta, por trabalharem em um número reduzido de profissionais.

Compreende-se enquanto pesquisadora, que mesmo a EMATER-PR tendo em seu plano de trabalho a nível estadual ações que envolvem a temática gênero, estas ações não vêm ocorrendo de forma articulada em todo estado, caminhando no caminho oposto ao que estabelece as leis, políticas públicas brasileiras, que quando instituídas, priorizavam ações voltadas a esse segmento da sociedade.

Para a Agricultora Terezinha Dierka, o trabalho da equipe técnica especializada de Instituições como EMATER-PR, com as mulheres agricultoras seria de fundamental importância para as atividades de formação, organização, diversidade na produção agrícola. Terezinha abre um parêntese e nos coloca:

Precisamos de alguém que olhe para nós enquanto mulheres agricultoras, que produzem alimentos, sejam eles do próprio plantio como hortaliças, cultivo de frutas, até produção de pães, geleias, produtos artesanais, e que valorizem e reconheçam a mulher enquanto agricultora (Terezinha Dierka).

¹⁴ Assistente Social da EMATER/PR, na cidade de Pinhão-PR. É Mestranda no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário – UNICENTRO.

A presença marcante das mulheres desta comunidade em reuniões da A.M.A., configura-se como um espaço de protagonismo delas no cenário político local. Além da participação em decisões coletivas referentes a comunidade, as mulheres possuem representatividade no cenário municipal. Entretanto, a comunidade possui a representativa de no legislativo local de um homem, o senhor José Amilcar Pastuch, que também é diretor do único colégio estadual na comunidade.

Ainda que essas mulheres acenem para uma participação política, existe claramente um receio em envolver-se nos espaços de participação e representatividade local. Ainda sobre essa participação destaco que não existe nenhum grupo de formação política para essas mulheres, tão longe um grupo de trabalho com questões de empoderamento delas.

Visualizamos essa falta de assistência técnica especializada nas palavras de dona Nahir quando nos acena para diversas dificuldades:

Vejo como agricultora que precisamos de mais articulação, entre nós mulheres da comunidade com as outras agricultoras de outras comunidades do município, conseguimos cadastrar poucas mulheres pela AMA nas chamadas públicas, isso dificulta nosso trabalho, pois quanto mais mulheres trabalhando, mais alimentos produzimos, mais pães fabricamos, mais geleias, mais polpa de sucos para fornecer para as escolas. O que mais sentimos falta é assistência técnica, precisamos ser capacitadas por uma equipe de engenheiro agrônomo, para o plantio, colheita, aperfeiçoamento nessas áreas, de uma assistência social para nos organizar e fortalecer enquanto associação e principalmente enquanto agricultoras, veterinários, e também nas questões de logística e escoamento da produção. Veja, há seis meses recebemos um caminhão de transporte do alimento do governo federal e não estamos conseguindo fazer ele rodar, por que não conseguimos nos organizar, estamos no caminho certo, mas precisamos de apoio técnico para conseguirmos sucesso.

Entre os anos de 2009 e 2013, a Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas (DPRM) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) estabeleceu convênios com duas organizações não-governamentais – o Centro Feminista 8 de Março (CF8) e a Sempreviva Organização Feminista (SOF) – com vistas a ampliar e qualificar o acesso das mulheres assentadas e da agricultura familiar às políticas públicas do MDA e para fortalecê-las como sujeitos políticos, sociais e econômicos. Assim, o ponto de partida do projeto desenvolvido foi a visão compartilhada entre a DPRM/MDA, a SOF e o CF8 sobre como se estruturam essas desigualdades e quais os aportes do feminismo, e em particular da economia feminista, para superá-las. Essa visão considera que é importante reconhecer e visibilizar uma série de atividades realizadas pelas mulheres - como o trabalho doméstico e de cuidados, a criação de

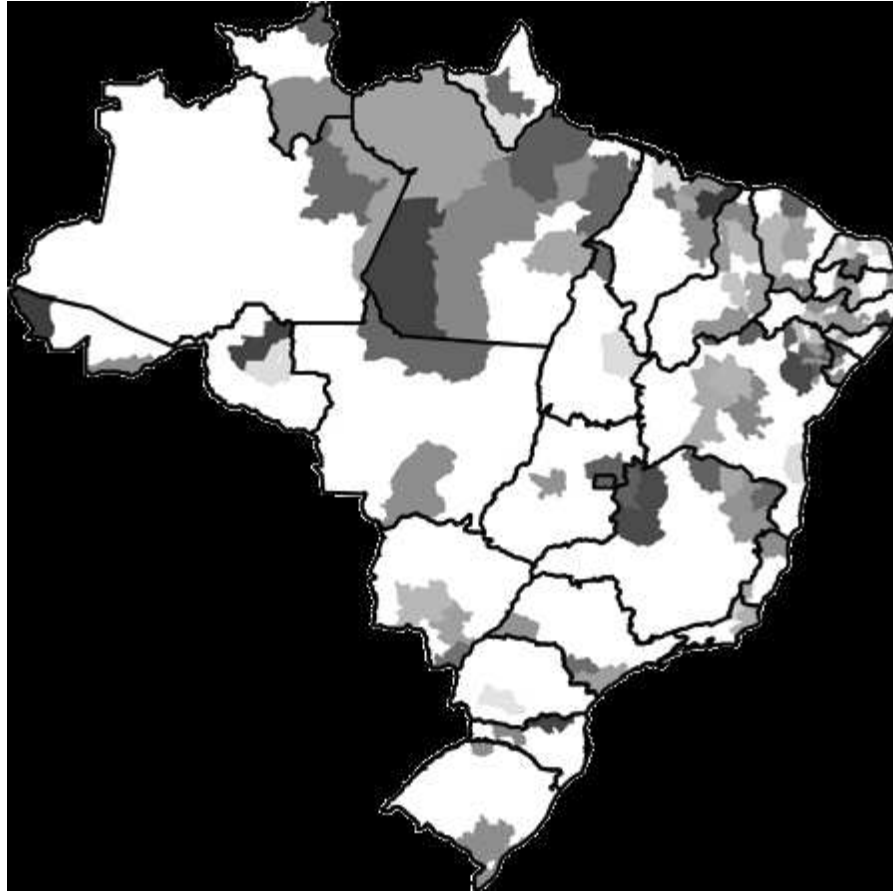
pequenos animais, o plantio de hortaliças e plantas medicinais, entre outras. Tais atividades, que na divisão sexual do trabalho são atribuições praticamente exclusivas das mulheres, resultam na ampliação da jornada de trabalho delas e, com isso, limitam seu tempo para a participação em espaços coletivos de informação e definições de políticas públicas ou de acesso às mesmas (BUTTO, 2014).

Essas atividades estão sendo desenvolvidas por todo o território brasileiro, através de convênios com gestores e as organizações não governamentais. Caracterizam por ações de empoderamento e autonomia para as mulheres. São realizadas Oficinas “Gênero, reforma agrária e direito à terra, com ênfase no crédito especial para as mulheres da reforma agrária”, oficinas sobre o programa de organização produtiva, assistência técnica, produção e comercialização, oficinas sobre políticas territoriais e as relações de gênero, seminários estaduais de “Gênero, direito à terra e assistência técnica” e Seminários estaduais de formação (1º e 2º módulo) sobre políticas públicas e elaboração de projetos.

Deste modo, essas ações criam espaços de reflexão e confiança entre as mulheres e, por isso, é um instrumento fundamental para fortalecê-las, ampliando sua consciência crítica e sua compreensão do contexto em que estão inseridas, e permitindo que elas possam expressar livremente suas necessidades. É importante também para que organizações mistas se desafiem a perceber como a desigualdade de gênero se manifesta em sua atuação e dinâmica interna (FARIA, 2013).

Os dados sobre essas territórios de cidadania e ações desenvolvidas por esse grupo específico, apontam para poucas ações desenvolvidas no Paraná.

Figura 3 –Territórios da cidadania e Desenvolvimento Rural



Fonte: MDA (2014)

Como apresentado no mapa, o MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário, integra suas políticas públicas ao Programa Territórios da Cidadania. A SOF e CF8 trabalharam com grupos produtivos de mulheres nos 86 territórios coloridos no mapa. As ações desenvolvidas em parceria com o MDA no estado do Paraná, apresentam-se de forma muito reduzida, corroborando com o que já foi exposto nos dados acima apresentados sobre as ações no estado, percebe-se um movimento desarticulado, que pouco apoio técnico especializado oferece a mulheres rurais.

4.2 EMPODERAMENTO MULHER CAMPONESA

Apreendemos empoderamento, nesta pesquisa, como “o desenvolvimento da confiança de uma pessoa ou de um grupo nas próprias capacidades, com o aumento da força espiritual, política, social ou econômica dos indivíduos e das comunidades” (DEERE; LEÓN, 2002, P. 52).

Empoderamento também é o mecanismo pelo qual as pessoas, as organizações, as comunidades assumem o controle dos próprios assuntos, da própria vida, de seu destino, tomam consciência da sua habilidade e da competência para produzir, criar e gerir.

Em uma perspectiva da teoria feminista, o processo de empoderamento deve ser visto como algo conquistado coletivamente e que, a partir da incorporação dos sujeitos (no caso aqui as agricultoras), passa a ser ressignificado individualmente, numa dimensão cognitiva. O empoderamento parte da compreensão das estruturas sociais de opressão e de poder; e, só a partir de uma ação coletiva, é capaz de ser questionado.

Segundo as definições de Magdalena de León (2001, p.97), se esse tipo de empoderamento individual não se relaciona com ações coletivas, ele pode ser ilusório, uma vez que o empoderamento inclui tanto a mudança individual quanto as ações coletivas:

O empoderamento como autoconfiança e autoestima deve integrar-se em um sentido de processo com a comunidade, a cooperação e a solidariedade. Ao ter em conta o processo histórico que cria a carência de poder, torna-se evidente a necessidade de alterar as estruturas sociais vigentes; quer dizer, se reconhece o imperativo da mudança.

Entendemos que o ponto chave para discutirmos empoderamento, é a coletividade, pois somente através de ações coletivas é que se contempla um empoderamento dessas mulheres no campo.

Tendo como base as construções teóricas feministas:

O empoderamento compreende a alteração radical de processos e estruturas que reduzem a posição subordinada das mulheres como gênero. As mulheres tornam-se empoderadas através da tomada de decisões coletivas e de mudanças individuais; o empoderamento “propõe mudanças pessoais nas mulheres, e uma reorganização de seus sistemas que seja crítica com os estereótipos femininos e que questione os ‘traços’ que o patriarcado lhes atribuiu” (Fernández, 2012, p. 228 apud PARENTE; GUERREO, 2012, p.179).

O importante do empoderamento é que: chama a atenção para a palavra “poder” e o conceito de poder enquanto relação social [...]. As relações de poder podem significar dominação, mas também podem ser um mecanismo de resistência ou tomada de poder sobre formas existentes do mesmo (Deere; León, 2002, p. 53)

5 CONCLUSÃO

Ensaio um olhar que deseja costurar as reflexões apresentadas, sem, contudo encerrá-las, destacando que a pesquisa buscou contribuir e, principalmente problematizar as mudanças nas relações de gênero no campo bem como, o fortalecimento de políticas públicas a partir de estudos que têm como pano de fundo o conhecimento, as experiências, os papéis e a posição das mulheres, sua pluriatividade no cenário agrícola, a partir de uma perspectiva de gênero. Em síntese, buscou-se somar esforços para que a mulher saia da invisibilidade e conquiste sua autonomia, construindo novas relações de gênero e conseqüentemente, fortalecendo a agricultura familiar e as políticas públicas de gênero.

Durante o período em que se realizou a pesquisa, pude perceber que a mulher desenvolve as mais variadas atividades, ganhando destaque a produção de policultivos, produção leiteira, produção de pães, tanto para o consumo da família quanto para a comercialização. Essas produções são comercializadas através das chamadas públicas dos programas PAA e Pnae, notou-se ainda que existe uma dificuldade problematizada por mais de uma agricultora no que refere-se a logística na comercialização e escoamento dos alimentos produzidos por essas agricultoras, e em relação a entrega dos produtos, isso acaba enfraquecimento a associação no contexto municipal. E para muito além disso, acaba enfraquecendo o próprio movimento dessas agricultoras dificultando a articulação delas com a comunidade como um todo, sendo este um dos maiores obstáculos para o empoderamento e a autonomia dessas agricultoras.

Mesmo com as dificuldades enfrentadas durante anos, alguns avanços podem ser notoriamente percebidos com as agricultoras desta comunidade, como a visibilidade do trabalho produtivo delas, pois, antes elas eram vistas como somente mulheres “do lar” e agora são consideradas agricultoras pelos próprios membros da família e da própria comunidade. Suas atividades, começam a ser reconhecidas não mais como um mero auxílio ao trabalho do homem, mas agora, suas atividades passam a gerar renda para família e seu trabalho passa a ser visto na sociedade como um todo.

As atividades desenvolvidas por essas mulheres antes da implementação desses programas, eram voltadas somente para o consumo da família e, hoje, suas

produções vem abastecendo as escolas municipais, hospitais e diversas entidades municipais, portanto, elas passaram a se reconhecer como agricultora familiar. Esse processo, acabou gerando um vínculo maior com o espaço rural, e um maior auto reconhecimento enquanto agricultora, fortalecendo os vínculos comunitários, exaltando o sentimento de pertencimento a comunidade e conseqüentemente diminuído o êxodo rural.

Avanços são percebidos também nas questões de comercialização, são dois os principais diferenciais que atestam a desigualdade e a injustiça dos arranjos laborais na agricultura familiar: a atribuição quase exclusiva do trabalho reprodutivo às mulheres e a concentração nas mãos dos homens da comercialização dos produtos rentáveis dos estabelecimentos familiares.

De fato, desenha-se um novo caminhar para este segmento, pois, as mulheres de Jesuíno Marcondes apresentam corresponsabilidade nas discussões de melhoria de comercialização desses alimentos. Além de participarem ativamente das reuniões da AMA, elas têm se preocupado em articular uma assistência para capacitá-las em prol da melhoria dessa produção e comercialização. O que de fato visualiza-se é que as mulheres, estão praticamente ausentes do processo de compra e venda de terras, compra de equipamentos de trabalho, acesso a recursos financeiros, do contato com organismos governamentais e principalmente instituições de créditos. As quatro agricultoras afirmaram que sabem existir um crédito específico para a compra com preço reduzido de automóvel, entretanto afirmaram que nunca tiveram acesso a esse benefício e que assuntos como este ainda são resolvidos pelos maridos ou os filhos mais velhos, demonstrando assim que algumas decisões familiares estão atreladas a escolha e decisão dos homens ou chefes de família.

O modelo de agricultura familiar especialmente quando se baseia em estruturas associativas como é o caso da AMA na comunidade estudada, pode ser particularmente adequado e eficaz para produzir mudanças no campo econômico, socioambiental e de gênero. Portanto, podemos perceber na comunidade estudada, a importância desse fortalecimento da AMA em prol dessa superação das desigualdades de gênero no campo.

Fica evidenciado com a pesquisa a fragilidade das políticas públicas de gênero como política eficaz que produz autonomia e empoderamento dessas mulheres. De fato, o que se visualiza são programas gerais voltados para agricultura familiar que vem favorecendo a visibilidade dessas mulheres. Entretanto, isso está ocorrendo de

forma muito fragmentada no estado do Paraná e por inúmeras vezes não são políticas que possuam como norte a perspectiva de gênero, mas sim para mulheres, como já discutas no referencial teórico desta dissertação. Políticas na perspectiva de gênero, rompem com a visão de neutralidade do Estado, mostrando que uma vontade política explícita é necessária para elaborar propostas e ações com vistas à real construção de igualdade entre mulheres e homens.

Destaco ainda que o estado do Paraná, necessita de ações efetivas no âmbito da extensão rural que viabilizem um espaço de participação dessas agricultoras, além disso, faz-se necessário a instrumentalização e formação de grupos de apoio técnico-especializado que fortaleçam e produzam a autonomia dessas mulheres.

Considero importante destacar que inúmeros são os obstáculos que impedem as agricultoras a acessar políticas públicas e vencer as desigualdades. Entre eles, destaca-se que ainda permanecem práticas de caráter patriarcal na gestão pública, que se expressam, por exemplo, ao avaliarem de maneira preconceituosa propostas e demandas advindas das mulheres ou até mesmo não ocorre um interesse em resolver questões problematizadas por elas. Diversas políticas públicas lançaram ênfase em suas metas para criação de mecanismos que favorecessem as mulheres, entretanto, o que visualiza-se de fato é que não são todas políticas que problematizam as questões de gênero, são apenas questões secundárias em relação as outras políticas agrárias.

Mesmo com a proposição de políticas na esfera federal (políticas territoriais), como foi citado no trabalho, ainda necessitam ser complementadas por demais políticas estatais de apoio a essas agricultoras. Podemos afirmar com clareza que a organização produtiva, ancorada na autonomia dessas mulheres, sem perder o foco nas questões de gênero favorecem o crescimento de políticas públicas nessa perspectiva. Outro aspecto que chamou a atenção foi a necessidade urgente de um trabalho pautado da auto-organização e na construção de agentes e lideranças entre as agricultoras. Pois conforme o conceito apresentado de empoderamento, este deve ser alcançado a partir da coletividade, razão pela qual considero de grande importância a criação de um grupo produtivo de trabalho com as mulheres desta comunidade. Olhar essas agricultoras, a partir de uma análise crítica frente a realidade apresentada, faz com elas não fiquem só no desabrochar das flores, mas para muito além disso, que essas flores consigam produzir frutos.

Olhar as políticas públicas sob as lentes do conceito de gênero torna-se de primordial importância no contexto brasileiro. Aparar as arestas referentes a estas políticas é dar um passo adiante nas lutas pelo maior reconhecimento dessas mulheres agricultoras, e acima de tudo, é dar visibilidade a essas mulheres.

REFERENCIAS

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo dos homens**. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2000

ARENDDT, Hannah. **A condição humana**. São Paulo: Forense, 1995.

BANDEIRA, Lourdes. Brasil: fortalecimento da secretaria especial de políticas para as mulheres para avançar na transversalização da perspectiva de gênero nas políticas públicas. *In*: PEREIRA DE MELO, Hildete & BANDEIRA, Lourdes. **A pobreza e as políticas de Gênero no Brasil**. CEPAL. Série Mujer y Desarrollo. N.66. Jun/2005. pp.43-76.

BARRETO, Andreia. **Gênero e diversidade na escola**: formação de professoras/ES em gênero, orientação sexual e relações ético-raciais. Versão 2009- Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM 2009.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: a experiência vivida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BITTENCOURT, Gilson. A.; BIANCHINI, Valter. **Agricultura familiar na região sul do Brasil**. Consultoria UTF/036-FAO/INCRA, 1996.

BITENCOURT, Gilson; SABBATO, Albert di. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Curitiba: DESER, Brasília: FAO/INCRA, 2000.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

BONI, Valdete **De agricultoras a camponesas** [tese]/Valdete Boni; orientadora, Maria Ignez Silveira Paulilo - Florianópolis, SC, 2012. 253 p.; 21cm Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política.

BURG, Inês Claudete. **As mulheres agricultoras na produção agroecológica e na comercialização em feiras no sudoeste paranaense**. Florianópolis, 2005. 131p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Curso de PósGraduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina.

BUTLER, Judith. Variações sobre sexo e gênero: Beauvoir, Wittig e Foucault. *In*: BENHABID, Seyla; CORNELL, Drucila (Orgs.). **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad.: Renato Aguiar. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BRUMER, Anita; PIÑEIRO, Diego (Orgs.). **Agricultura latino-americana: novos arranjos e velhas questões**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. 400p;

BUTTO, Andrea *et al* (Org.). **Mulheres Rurais e Autonomia. Formação e Articulação para efetivar Políticas Públicas nos Territórios da Cidadania**. 2014. 132 p.65

CARRASCO, Cristina. **A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres?** In: **A produção do viver: ensaios de economia feminista**. São Paulo: SOF, 2003.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Gênero e meio ambiente**. São Paulo: Cortez, 1997.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **O Movimento Feminista No Brasil: Dinâmicas de uma Intervenção Política**. Instituto Universitario de Estudios de la Mujer da Universidad Autonoma de Madrid, com bolsa de estudos proporcionada pela CAPES, 2005.

COSTA. Suely Gomes. **Onda, Rizoma E “Sororidade” Como Metáforas: Representações De Mulheres E Dos Feminismos (Paris, Rio De Janeiro: Anos 70/80 Do Século Xx)**.R. Inter. Interdisc. INTERthesis, Florianópolis, v.6, n.2, p. 01-29, jul./dez. 2009

DEERE, Carmem; LEON, **Magdalena. Mulher e direito à terra na América Latina: avanços recentes**. Rio de Janeiro: Avaliação preliminar da cédula da terra, 2000

DE GRANDI, Alessandra. **Relações de gênero nas famílias associadas a mini-usinas de leite no estado de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1999.

EMATER. Rio Grande do Sul / ASCAR. **Diretrizes para ação extensionista na EMATER/RSASCAR: a gestão do processo de planejamento**. Porto Alegre, 2007.

_____. **Plano anual de trabalho da EMATER/RS-ASCAR - 2009**. Porto Alegre, 2008. EMATER/RS, Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica de Extensão Rural. Disponível em: <<http://www.emater.tche.br/site/index.php>>. Acesso em: 01 jun. 2009.

FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília: 1996.

FARIAS, Maria Dolores M. **Nem caladas nem silenciadas: as falas das mulheres trabalhadoras rurais e a desconstrução de sujeitos políticos tradicionais**. In: FERREIRA, Maria Luzia Miranda A. et al. (Orgs). **Os saberes e os poderes das mulheres: a construção do gênero**. São Luís: EDUFMA; Salvador: Redor, 2001.

FARAH. Marta Ferreira Santos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.

FELÍCIO, Munir Jorge. Os camponeses, os agricultores familiares: paradigmas em questão. **Geografia** - v. 15, n. 1, jan./jun. 2006 – Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências

GRISA, Catia. Schneider. Sérgio. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S125-S146, 2014 – Impressa em Fevereiro de 2015

GOMES, Neonila (Org.). et al. **Prudentópolis, sua terra e sua gente**. 1971.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. 2004.

JUNQUEIRA. Clarissa Pereira. LIMA. Jandir Ferrera. **Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil**. Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 29, n. 2, p. 159-176, jul./dez. 2008.

KARAN, K.F. **A mulher na agricultura orgânica e em novas ruralidades**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 303-320, janeiro-abril/2004.

LAMARCHE, Hugues (Coord). **A agricultura familiar: comparação internacional**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 24.ed., [reimpr.] Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

LEGAY, J.M. Méthodes et modèles dans l'étude des systèmes complexes. In: JOLLIVET, Marcel. **Pour une agriculture diversifiée**. Paris: L'Harmattan, 1988.

León, Magdalena de (2001). "El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer y tercer mundos en los estudios de género". **La Ventana**, no. 13, pp.94-106.

LOVATTO, Patrícia. et al. Gênero, sustentabilidade e desenvolvimento: uma análise sobre o papel da mulher na agricultura familiar de base ecológica. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v.15, n.2 p. 191-212, maio/ago. 2010.

LUSA. Mailiz Garibotti. **O serviço social e as lutas sociais no campo: pensando nos movimentos sociais a partir das relações de gênero e da conquista de direitos**. 2012.

MARCONE, S. **Gênero e igualdade: estratégia e desenvolvimento do cooperativismo e do associativismo**. Relatório final I Fórum Nacional de Gênero, Cooperativismo e Associativismo. Brasília, 2009a. p. 23-38.

MERCHANT. Carolyn. **Gender and Environmental History**. The Journal of American History. Vol.76. nº 4 (Mar. 1990) 1117-112.

MINAYO, Maria C. de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 1994.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, Suely Ferreira Deslandes Romeu (orgs.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p.9-29.

_____. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 1994.

NARVAZ, Martha Guidice. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez. 2006.

OJEDA, Diana. **Gênero, natureza y política**: los estudios sobre género y medio ambiente. HALAC. Belo Horizonte, vol. I, n. 1, p. 55-73, set. 2011. Feb. 2012.

OLIVEIRA, Adão Francisco; PIZZIO, Alex; FRANÇA, George. **Fronteiras da educação**: desigualdades, tecnologias e políticas. Goiás: Editora da PUC, 2010.

OLIVEIRA, Naia. Grupos mulheres da terra: abordagem fundamentada no ecofeminismo e na alfabetização ecológica. **Revista Mulher e Trabalho, FEE**: Porto Alegre, v.5, p.101-112, 2005.

ORTNER, Sherry. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, Michelle; LAMPHERE, Louise. (Orgs.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. *Ciência Hoje*. v.5 n.28, jan/fev. 1987.

PAULILO, Maria Ignez S. Movimento de mulheres agricultoras: terra e matrimônio. In: PAULILO, Maria Ignez; SCHMIDT, Wilson. (Orgs.). **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2003. p.183-210.

PEDRO, Joana. **Traduzindo o debate**: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. São Paulo: v.24, n.1, p.77-98, 2003.

PERROT, Michelle. *Minha História das mulheres*. Trad.: Angela M. S. Côrrea. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

PORTELA, Ana Paula et all. *Mulher e trabalho na agricultura familiar*. Recife: SOS CORPOGênero e Cidadania, 2004, 284p;24cm

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. In: Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em história e do Departamento de história. PUC. SP.1997.

ROSSINI, Rosa Ester. O trabalho da mulher na agricultura canavieira altamente tecnificada e capitalizada. In: LEMOS, Amália Inés Geraiges de; ARROYO, Mónica; SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2006

SCAVONE, Lucila. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 173-186, jan./abril. 2008.

SCHNEIDER, S. As formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não agrícolas. **REDES**. Universidade de Santa Cruz do Sul- UNISC. v. 9, n.3, p.75-110, 2004.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. 1989.
SILIPRANDI, Emma Cademartori. **Mulheres e agroecologia a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília - DF, 2009.

SILVA, Carolina Braz de Castilho. Schneider. Sérgio **Gênero, Trabalho Rural E Pluriatividade**. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO; Rosineide e MENEZES, Marilda (Org.) **Gênero e Geração em Contextos Rurais**. Florianópolis/SC, Ed. Mulheres, 2010, pg. 183-207

SILVEIRA, Maria Laura. **América latina**: cidade, campo e turismo. CLACSO. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, SP. Dic/2006.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006, 346p.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: historia oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 385p.

WALBY, Sylvia. Cidadania e transformações de gênero. In: GODINHO, Tatau. SILVEIRA, Maria Lúcia da (Orgs.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. p. 188.

WANDERLEY, N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO (Org.) **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo- RS: UPF, 2001. 405 p.

WOSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agro ecológica na História. Ambiente e Sociedade, vol5, n2. 2003. In: www.scielo.com.br

WOORTMANN, Ellen. **Da complementaridade à dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades “pesqueiras” do nordeste**. Local: RBCS n. 18, fev. 1992.

APÊNDICE 1 – IDENTIFICAÇÃO DAS ENTEVISTADAS

Vera Lúcia Borakowki: nascida em Prudentópolis-PR, mudou-se para a Linha Jesuíno Marcondes nos anos 90. É casada e possui 3 filhos. Sua descendência é Ucraniana, seus pais sempre moraram na área rural e foram agricultores. Aprendeu na família as diversas atividades de agricultura desde o plantio até a colheita, o cuidado com os animais, além disso, as atividades domésticas e a culinária ucraniana. É católica e frequenta a Igreja do Rito Ucraniano-Católico, na comunidade. A frase de destaque: “Com o incentivo de todos esses programas de repente conseguimos segurar a juventude no interior, através da agricultura podemos aumentar a renda e além disso, capacitar nossos jovens para ficar aqui.”

Verônica Malko, 56 anos, nasceu em Prudentópolis, na localidade de Rio D’areia, há 35 anos mora em Jesuíno Marcondes, casada e teve 3 filhos. Sua família possui descendência Ucraniana e ainda possui muitas tradições, como a participação nas atividades na Igreja do Rito Ucraniano na comunidade. Contou-nos que se considera “do campo”, nasceu e foi criada no meio de animais, plantação, roça, sempre teve contato com esse mundo rural, seus pais eram agricultores e depois que casou também continuou morando na área rural e desenvolvendo atividades na agricultura familiar. Frase de destaque: “Sou agricultora e tenho muito orgulho de cultivar alimentos para alimentar a população. Se o campo não planta, a cidade não janta”.

Nahir Kraizuk Shui, 57 anos, casada, possui 3 filhos, nasceu no município de Prudentópolis, nascida na vila Marcondes, seus pais também nasceram na vila. Contou que sempre trabalhar na roça, na agricultura, sempre foi agricultora, desde que era pequena ajudava seus pais na roça. Segundo Dona Nahir, não conseguiu terminar os estudos, pois na época a escola era muito longe, e também muito difícil seguir nos estudos sabendo que era necessário trabalhar desde criança.

Frase principal: “As mãos que plantam são as mãos que colhem. A mulher de uns tempos pra cá passou a ser valorizada ainda mais aqui no campo. Eu vejo que esses programas criados favoreceram o trabalho já executado da mulher dando oportunidade de maior renda e aumento da diversidade de alimentos plantados”.

Terezinha Dierka: Casada, possui dois filhos, e reside na comunidade de Jesuíno Marcondes. Como agricultora considera atividades de aprendizado, participação e elaboração de espaços de conhecimento para os agricultores. Participou da organização da Festa da Agricultura Familiar da comunidade em 2014. Relatou que sente-se feliz por colaborar com uma pequena parcela do desenvolvimento comunitário, mostrando, na prática, diversas alternativas ao plantio envenenado do fumo, alternativas de renda que temos que construir de maneira coletiva e sustentável.

Frase principal: “campos de chocolate em mãos de pura ternura”

ANEXO 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Meu nome é Caroline Becher, e eu estou fazendo uma pesquisa sobre o protagonismo das mulheres agricultoras de Jesuíno Marcondes, Prudentópolis/PR. Esta pesquisa está sendo feita junto ao Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Comunitário da Universidade Estadual do Centro-Oeste/Irati, intitulada “O desabrochar das flores: O protagonismo das agricultoras de Jesuíno Marcondes, Prudentópolis-PR

Esse trabalho tem como objetivo problematizar as questões de gênero no espaço rural, e discutir sob as lentes do conceito de gênero as políticas públicas para agricultura familiar. Para isto entrevistaremos mulheres da comunidade de Jesuíno Marcondes, que desenvolvem atividades na agricultura familiar e estão inseridas nos Programas PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar).

Sua participação não é obrigatória e a qualquer momento, você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa ou desistência em participar da pesquisa não causará nenhum prejuízo a você. Informamos ainda que sua participação é voluntária não recebendo nenhum valor monetário pela sua participação. Mas, se você concordar em participar, você estará nos ajudando a entender melhor a vida das agricultoras e, com isso poderemos compreender e problematizar como estão sendo efetivadas políticas públicas de gênero na comunidade.

Em caso de qualquer dúvida sobre a pesquisa você pode entrar em contato com a pesquisadora Caroline Becher, fone: 4299866565, a qual estará sempre a sua disposição para quaisquer esclarecimentos.

Eu _____, após leitura e esclarecimentos a respeito dos objetivos da pesquisa da qual fui convidado (a) a participar, declaro que concordo em participar da pesquisa. Declaro que entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento sem justificar minha decisão e que não sofrerei nenhum prejuízo.

Prudentópolis ____/____/____

Participante da pesquisa

Pesquisador

ANEXO 2 –***TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS***

Eu _____, CPF _____, RG _____,

depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores (Caroline Becher e Jó Klanovicz) do projeto de pesquisa intitulado “(O desabrochar das flores: O protagonismo das agricultoras de Jesuíno Marcondes, Prudentópolis-PR)” a realizar as fotos que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (somente para publicação da dissertação), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados.

Prudentópolis, __ de _____ de 20

Pesquisador responsável pelo projeto

Sujeito da Pesquisa